



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ROBEYLSON DE JESUS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA**

**AMARGOSA - BAHIA  
FEVEREIRO DE 2019**

**ROBEYLSO DE JESUS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Débora Alves Feitosa

**Amargosa - BA  
Fevereiro de 2019**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ROBEYLSON DE JESUS SANTOS**

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM  
DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA**

É aprovado pelos membros da Banca Examinadora e foi aceito por essa Instituição de Ensino Superior como Trabalho de Conclusão de Curso, no nível de Graduação, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

AMARGOSA, APROVADO EM \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

*Débora Alves Feitosa*

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Alves Feitosa**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB  
(Orientadora)

*Maria Eurácia B. de Andrade*

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Eurácia Barreto de Andrade**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Valéria Cozzani**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me dar a sabedoria para realizar meus objetivos; discernimento para saber quais decisões tomar durante minha vida até aqui; paciência que é uma das virtudes que me fizeram chegar até este momento; força, pois no caminho percorrido em busca do sucesso, numerosas foram e são as batalhas que tive que vencer e os obstáculos que se fizeram persistentes, mas eu venci; e fé, pois é ela que move montanhas.

Agradeço a minha rainha, minha mãe **Ana Rita de Jesus Santos**, meu conforto nas horas difíceis. Ela que, desde minha infância, não mediu esforços para que eu tivesse êxito em minha vida, que está comigo comemorando cada conquista e sempre ao meu lado nas horas da fraqueza. Minha Mãe, que me ensinou a ser gente, a ocupar os espaços tendo sabedoria, lealdade, respeito ao próximo e que me ensinou a nunca abaixar a cabeça para nada. Mãe, que sempre me ensina a entrar e sair de qualquer lugar sempre pela porta da frente e com a cabeça erguida. À Minha Mãe, eu dedico esse trabalho de conclusão de curso, pois dela partiu o incentivo maior, ela quem não poupou esforços para ver seus filhos na Universidade. Sou o caçula de quatro filhos e o terceiro a concluir uma graduação. Cada lágrima derramada, sorrisos abraços, me fortaleceu durante essa caminhada e com muito orgulho, agradeço a minha mãe por eu ser quem me tornei. Gratidão é a palavra que expressa meu sentimento, mas Amor define o que sinto. Serei sempre grato a tudo que fez e faz por mim. Agradeço também aos meus irmãos Robson de Jesus Santos, Cássio Rodrigo de Jesus Santos e Reslane Carina de Jesus Santos.

Teço agradecimentos aos meus colegas de turma, pessoas maravilhosas que passei quatro anos e meio convivendo. Longos foram os meses e hoje podemos, enfim, dizer “valeu a pena”. Foram muitos aprendizados, trocas de experiências significativas e que levarei para toda a minha vida.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Alves Feitosa, à banca examinadora deste trabalho de conclusão de curso, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Euracia Barreto de Andrade, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Valéria Cozzani e a todos os meus professores (as) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a quem pude ter a satisfação de conhecer, agradeço pelas trocas de conhecimento, aprendizados, pelas alegrias geradas e afetos sempre bem vindos.

Agradeço a todos (as) que, de alguma forma, contribuíram para minhas conquistas, para meu amadurecimento como ser humano, discente e agora docente.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.

**Paulo Freire**

SANTOS, Robeylson de Jesus. **A Educação Infantil na Perspectiva da Inclusão de Crianças com Deficiência no Ensino Regular no Município de Amargosa.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). 66 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa / BA. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Débora Alves Feitosa.

## RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por finalidade, analisar, a partir de uma metodologia qualitativa, a atuação de professoras que ensinam crianças com deficiência em turmas de ensino regular na Educação Infantil no município de Amargosa/BA. Para tanto, fez-se necessário ir a campo para aplicar entrevistas a fim de aproximar-se da temática partindo da seguinte questão: como estão atuando as professoras, as práticas pedagógicas estão dando conta de incluir as crianças com deficiência nas atividades e como está sendo a formação destas profissionais. Na busca de alcançar os objetivos desta pesquisa, analisou-se a legislação, as políticas públicas e outros referenciais voltados para a educação inclusiva, que sinalizam a obrigatoriedade do acesso de crianças com deficiência em turmas de ensino regular. Neste contexto, fez-se necessário descrever as escolas onde atuam as professoras para identificar se estas possibilitam uma educação voltada para a inclusão, tendo em vista que é necessário uma adequação enquanto espaço físico e de formação docente para que o aprendizado aconteça de forma positiva. Para alcançar os objetivos que buscaram analisar a atuação das professoras, elaborou-se um roteiro de entrevista com doze (12) perguntas relacionadas ao tema. Para a análise dos dados utilizou-se referenciais como: Aranha (1995), Granemann (2005), Brevilheri (2008), Carvalho (2000), Miranda (2007), Freire (1989), Góes (2007), dentre outros, que possibilitaram relacionar as falas das professoras entrevistadas, a alguns conceitos como: inclusão, formação continuada e educação. Concluiu-se que há necessidade de formação continuada dos professores, além do aperfeiçoamento na utilização de novas metodologias para a atuação com crianças com deficiência e a busca de outras alternativas para que o processo de inclusão seja realizado de forma a contribuir para a aprendizagem das crianças com deficiência em turmas regulares da Educação Infantil. Neste trabalho de conclusão de curso, desta-se que o processo de inclusão, envolve, sobretudo, metodologia que tenha como objetivo o desenvolvimento cognitivo e motor da criança, e que elas possam aprender tendo contato com outras realidades.

**Palavras-chave:** Inclusão. Políticas Públicas. Educação Infantil

## LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional

Especializado CEI – Centro Educacional

Infantil

DDC - Declaração dos direitos da criança

DDPD - Declaração dos Direitos dos Deficientes

Físicos DUDH - Declaração Universal dos Direitos

Humanos ECA – Estatuto da Criança e do

Adolescente

EPD - Estatuto da Pessoa com Deficiência

INES - Instituto Nacional da Educação dos

Surdos LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à

Docência PNE – Plano Nacional de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. CARACTERÍSTICAS DO CAMPO DE PESQUISA E SUAS CONTRIBUIÇÕES.....</b>	<b>16</b>
1.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	17
1.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA.....	19
1.3 AMARGOSA, A PEQUENA SÃO PAULO.....	21
1.4 DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	22
1.5 DESCRIÇÃO DOS CENTROS EDUCACIONAIS INFANTIS (CEIs).....	24
1.5.1 <i>Lócus</i> Da Pesquisa.....	24
1.5.2 Escola Rachel Macedo Vaz Sampaio.....	25
1.5.3 Escola José Eduardo Vieira Ribeiro.....	26
<b>2. INCLUSÃO COMO POLÍTICA DE IGUALDADE.....</b>	<b>27</b>
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL, OUTRA PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO.....	29
2.2 LEGISLAÇÃO QUE GARANTE IGUALDADE DE DIREITOS E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR.....	31
2.2.1 Declaração De Salamanca.....	31
2.2.2 Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC- 2008).....	33
2.2.3 Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, (Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Estado da Bahia).....	34
2.2.4 Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	35
2.2.5 Declaração dos Direitos da Criança.....	36
2.2.6 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).....	37
2.2.7 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	38
2.2.8 O papel do professor na consolidação da inclusão em sala de aula.....	40
<b>3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: NARRATIVAS E VIVÊNCIAS EM TURMAS REGULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>42</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

O processo de exclusão de crianças com deficiência é um fato histórico. As crianças com deficiência eram educadas e tinham suas atividades realizadas em ambientes escolares especializados, muito deste contexto se deve pela ausência de leis e normas que regularizassem outra forma de ensino e viabilizasse a participação destas crianças em outros espaços, também por considerarem que as crianças com deficiência seriam incapazes de se desenvolver como as outras (MIRANDA, 2007). Esta segregação impossibilitava que as crianças com deficiência tivessem contato com outras crianças sem deficiência e consequentemente ficavam excluídas, sem direito de conhecer outras realidades e aprendizados que na infância são muito importantes e acontecem por meio das interações sociais.

Neste trabalho de conclusão de curso, pretendi evidenciar de que forma as crianças com deficiência são incluídas pelas professoras nas atividades realizadas em sala de aula regular e como as crianças com deficiência tem seus direitos assegurados, identificando, portanto a escola como meio mais viável de promoção de igualdade e inclusão.

Veremos no decorrer deste trabalho alguns fatos históricos que remetem a idade média, como por exemplo, as práticas de isolamento e tortura que as crianças com deficiência eram submetidas com certa recorrência, por serem taxadas como incapazes, aberrações, deformadas e como anormais, sobre essa terminologia, Sassaki (2002) afirma que:

Estes termos eram utilizados com frequência até a década de 80. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente.

Porém a legislação que trata sobre a inclusão de crianças com deficiência em turmas de ensino regular na Educação Infantil e muitas políticas públicas voltadas ao ensino destas crianças, contribuíram para que nos dias de hoje as práticas de exclusão fossem reduzidas.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 e a Convenção da Guatemala, de 2001, foram reconhecidas a necessidade de inclusão das crianças com deficiência nas escolas de ensino regular. Deste modo, as práticas excludentes diminuem, porém

ainda estão presentes na sociedade na contemporaneidade. Passa então a existir práticas asseguradas pelas leis de inclusão, que tem como finalidade promover práticas inclusivas, dando oportunidade para que as diferentes realidades possam estar presentes no ambiente que deve por natureza ser acolhedor e educativo como as escolas.

Nesta perspectiva inclusiva, percebe-se a necessidade de conhecer a escola onde as atividades centradas na educação da criança serão desenvolvidas, bem como as adequações destes espaços para receber essas crianças. Sobre este aspecto que envolve o espaço e a inclusão escolar, Oliveira e Marangon, (2006, p. 15), afirmam que:

Inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos.

Oliveira e Maragon apresentam através da citação acima, uma perspectiva revolucionária para a educação, quando definem a inclusão escolar de forma a não contribuir para a segregação e exclusão das crianças com deficiência em turmas regulares. No entanto, como se sabe, este processo de adequação das escolas para promover a inclusão, necessita de um olhar cada vez mais reflexivo, para de fato ser efetivado e contribuir para o aprendizado das crianças com e sem deficiência em salas de aulas regulares.

Nossa sociedade é constituída com a existência e participação de pessoas com diferenças físicas, intelectuais, de gênero, raça, classes, poder aquisitivo, etc. E muitas dessas diferenças estão também no ambiente escolar, em classes de Educação Infantil. Portanto, é fundamental para a escola trabalhar com as crianças no sentido de despertar nelas o seu desenvolvimento cognitivo e motor, relacionadas com valores éticos e morais. Entende-se por ética os comportamentos e atitudes que partem da consciência do indivíduo sem a necessidade obrigatória de uma intervenção empírica; e moral como doutrinas que regem uma determinada comunidade, baseia-se através de leis e normas de conduta (Ricoeur, 1990).

A educação precisa de profissionais com boa formação e empenhados a realizar atividades que venham contribuir para o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, portanto, diante da necessidade de me aprofundar na pesquisa sobre a Educação Inclusiva para ampliar meus conhecimentos sobre como atuar com

crianças com deficiência e analisando desta forma que para minha formação é fundamental conhecer a legislação e como a mesma funciona no sentido de assegurar o acesso e permanência das crianças com deficiência nas escolas do ensino regular da Educação Infantil, fui a campo a fim de obter respostas que pudessem servir de embasamento para que em minhas práticas pedagógicas, quando solicitado, eu possa desenvolver atividades que tenha como objetivo incluir. Uma de minhas maiores motivações para escrever sobre esse tema parte de meu ceio familiar, pois tenho em minha família dois irmãos deficientes físicos que foram diagnosticados desde a infância com Hemofilia, que é uma doença hemorrágica e hereditária ligada ao cromossomo X, essa doença, causa anormalidade da atividade coagulante do fator VIII que é do tipo A, e do fator IX do tipo B. Segundo pesquisas, a sua predominância é de aproximadamente 5.000 a 10.000 pessoas nascidas do sexo masculino, mais propícios a terem a hemofilia do tipo A e de 30.000 a 40.000 do tipo B que tem como probabilidade de ser também no sexo masculino. A hemofilia A é mais comum que a B e representa aproximadamente 80% dos casos. O diagnóstico é dado ainda na infância quando há sangramentos que acontecem de forma fácil depois de algumas lesões ou de maneira espontânea, podendo ser subcutâneas nos primeiros anos de vida. (MEC, 2015).

Mesmo com a deficiência, estudaram toda a educação básica, além do ensino fundamental, médio e superior, em escolas regulares e universidades públicas, tendo suas necessidades atendidas e respeitadas. Com isso, percebo que foram postas em práticas, as leis que asseguram o acesso de crianças com deficiência no ensino regular.

Surge então, a partir desta realidade, a necessidade de procurar informações através deste trabalho monográfico, meios que possibilitem outras crianças passar pelo mesmo progresso, sendo incluídas nas escolas e nas atividades desenvolvidas em sala de aula, com suas especificidades respeitadas. Esse compromisso social faz parte de uma educação que recebi desde criança e que durante a graduação foi primordial para chegar até aqui, pretendo deixar um legado para as futuras gerações através deste documento, orientando gestores, professores, educadores, pais, mães e as próprias crianças com deficiência.

Esta pesquisa pretende contribuir no âmbito acadêmico, para fundamentar as práticas docentes e refletir sobre a formação de professores, destacando como estão sendo formados estes profissionais para atuar com crianças com deficiência em escolas de ensino regular da Educação Infantil, e de que forma a sua prática

como professor está aproximando-se da Educação Inclusiva.

Na educação é fundamental para o professor, conhecer o espaço e o público que será atendido, neste sentido o educador deve estar preparado para assumir sua responsabilidade, respeitando o tempo de aprendizagem das crianças, assim como suas especificidades e disposto a assumir seu papel como construtor de uma sociedade livre de preconceitos e desigualdades, além de levar para a sala de aula conteúdos através de uma metodologia que tenha como objetivo trabalhar com diferentes gostos, aptidões e deficiências, seja elas físicas ou cognitivas.

É necessário considerar que a escola é um ambiente formador de identidades e atribui ao sujeito social valores éticos e morais, contudo o professor é parte fundamental neste processo de aquisição de valores, ele deve promover a participação dos alunos nos debates e atividades que dialoguem integralmente um com a realidade dos outros, possibilitando assim a troca de informações e conhecimento, observando as características de cada aluno e seu tempo de desenvolvimento. O professor deve ainda estabelecer na sala de aula, meios para que as crianças com deficiência se relacionem com as demais.

Uma boa relação entre professor/aluno facilita a aprendizagem e eleva as possibilidades de adequação e recepção de todo conteúdo no decorrer da atividade, para além de conhecer os conteúdos e as suas práticas, o professor deve estar atento à realidade de cada aluno, seu contexto social, familiar, pessoal, e as crianças com deficiência precisam deste olhar sensível, neste sentido Aucoutier e Lapiere afirmam que:

É através de uma relação entre professor e aluno com deficiência, relação esta que deve ser baseada de forma espontânea, autêntica e comprometida é que fluirá uma comunicação numa relação dialética de trocas e que possibilitará ao educador compreender aquilo que a criança vive. (1986, p. 77).

A Educação Inclusiva deve por lei, cumprir o papel social, de atender no contexto escolar as crianças com deficiência, e estabelecer a redução dos preconceitos que ainda permeiam a sociedade. A sala de aula deve ser o ambiente formador de cidadãos capazes de se respeitarem e levarem adiante o desejo e sentimento de igualdade. A Pedagogia deve contribuir para isso, dentro e fora dos espaços de educação, sendo eles, formais, informais ou não formais.

Para conhecer mais sobre a questão aqui introduzida, coloca-se a seguinte

questão de pesquisa: De que maneira crianças com deficiência estão incluídas nas práticas pedagógicas de Professores que atuam na Educação Infantil da rede pública de ensino regular na cidade de Amargosa – Ba?

Esta pesquisa tem como objetivo compreender de que maneira os Professores da escola de ensino regular estão atuando com as crianças com deficiência e de que forma estas são incluídas nas práticas pedagógicas na Educação Infantil, da rede pública de ensino regular, na cidade de Amargosa – BA.

Os objetivos específicos deste trabalho buscam investigar se a prática de Professores da Educação Infantil contribui para incluir as crianças com deficiência nas atividades desenvolvidas na escola regular; além de refletir, a partir de referenciais teóricos da educação inclusiva, sobre a prática pedagógica na educação infantil, com crianças com deficiência; por fim será realizada a descrição das escolas de educação infantil da rede pública de Amargosa, identificando se estas oferecem condições materiais e estruturais para o professor desenvolver práticas inclusivas com crianças deficientes.

Desta forma, este trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro descreve a metodologia e apresenta **o campo da pesquisa**. Descrevem-se os caminhos e os procedimentos adotados para alcançar os resultados da pesquisa, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, justificada pela necessidade de saber a qualidade de ensino que está sendo oferecidas as crianças com deficiência, bem como a formação das professoras que atuam com estas crianças nas turmas regulares de Educação Infantil. Descreve-se ainda que foram realizadas entrevistas estruturadas e fechadas, desta forma as perguntas direcionavam com mais eficiência para as respostas as quais foram coletas e permitiram melhor análise posteriormente. Ainda neste capítulo é realizada a caracterização das escolas onde lecionam as professoras que concordaram em participar da pesquisa, algumas das características destas professoras convidadas e um recorte histórico sobre o município de Amargosa/BA.

No segundo capítulo **“Inclusão como Política de Igualdade”**, faço considerações sobre o conceito de “inclusão” de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular da Educação Infantil, fazendo uma breve contextualização referente ao seu marco histórico e atribuindo significados a cerca da importância e obrigatoriedade da inclusão a partir da legislação que assegura o acesso de crianças com deficiência em turmas de ensino regular da Educação

Infantil, como a Declaração de Salamanca, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Declaração dos Direitos da Criança, que também estão presente neste capítulo e finalizo o capítulo com referência ao papel do professor para por em prática e efetivar a inclusão destas crianças nas atividades realizadas em sala de aula.

No terceiro capítulo **“Educação Inclusiva para Crianças com Deficiência: Narrativas e Vivências em Turmas Regulares da Educação Infantil”** faço a análise dos dados coletados através da entrevista, relacionando as falas das professoras entrevistadas com referenciais teóricos que dialogam com a temática em questão, que abordam a atuação docente e a formação para atuarem com crianças com deficiência, e quais suas concepções de inclusão.

Durante a escrita deste trabalho dialoguei com ARANHA (1995), CARVALHO (2000), BREVILHERI (2008), PAIS (1999), ESTEBAN (2010), GIL (2008), MINAYO (2009), FREIRE (1989), REBOUÇAS (2012), GRANEMANN (2005), GOMES (2007). Dentre outros teóricos que discutem a temática da Educação Inclusiva.

Por fim, considero que a pesquisa contribuiu para melhor compreensão da Educação Inclusiva voltada para as crianças com deficiência em turmas regulares da Educação Infantil, tendo como princípio norteador as políticas de inclusão e as leis. No âmbito acadêmico as considerações certamente irão contribuir para que a atuação ocorra de forma mais humana e pensada para atender a diversidade existente nas escolas regulares com intuito de incluir as crianças com deficiência.

A formação e atuação docente devem ser sempre pensadas de forma a contribuir ao professor estar em contato com os conteúdos que o permitam atualizar sua metodologia, bem como alcançar níveis mais altos em sua carreira com o pensamento de que perante a lei somos todos iguais e devemos gozar de uma educação pública de qualidade, bem como o acesso a saúde, moradia, lazer. Portanto é nosso dever como educador, estar aptos a atuar nas escolas de forma a contribuir para o desenvolvimento e o aprendizado das crianças com ou sem deficiência, promovendo no ambiente escolar, uma relação de igualdade entre as crianças e também entre os profissionais para que na troca de experiências possa haver aprendizado em relação a metodologias inovadoras.

## **1. CARACTERÍSTICAS DO CAMPO DE PESQUISA E SUAS CONTRIBUIÇÕES**

Essa pesquisa se fundamenta em consultar e buscar os resultados através de uma abordagem qualitativa, corroborando com Duarte (2014), quando afirma que a pesquisa que segue pelo viés qualitativo, não é simplesmente determinado pelos modos que são utilizados para a obtenção dos resultados, assim sendo, essa abordagem sugere que o pesquisador tenha em mente que ao ter posse das informações, as quais precisam para desenvolver sua pesquisa, o que irá efetivar sua relevância será a forma como serão tratadas, isso implica dizer que são incluídos na análise dos resultados, os referenciais que serão utilizados para a análise, e de que forma as respostas serão descritas e evidenciadas para o leitor, após ter levado em consideração essas abordagens, acredita-se que a pesquisa terá um sentido mais qualificado e objetivo. De acordo com Godoy (1995, p. 62):

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos como videoteipes e gravadores ou, simplesmente, fazendo-se anotações num bloco de papel. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.

A escolha desse método de pesquisa se fundamenta pela possibilidade de saber a qualidade do ensino que está sendo oferecidas as crianças com deficiência, levando em consideração a atuação docente, incluindo na análise como está sendo promovida a interação das mesmas com as outras crianças sem deficiência. Segundo Eisner (1998), a pesquisa qualitativa deve ter um caráter interpretativo, o pesquisador deve ter atenção ao concreto, ao caso particular, além de perceber que a pesquisa de cunho qualitativo se trata de uma arte onde a expressão é fator também característico.

A contribuição das professoras para esta pesquisa vai se efetivar a partir do momento em que suas considerações se relacionarem com o objetivo do projeto com as respostas dadas através da entrevista, será também investigado como e

se estes profissionais estão recebendo qualificações para atuarem com as crianças com deficiência, e se na perspectiva da educação inclusiva estão em sala de aula pondo em prática estes aprendizados, faz-se necessário ainda, consultar através da entrevista se as práticas docentes estão sendo significativamente positivas e se os resultados estão sendo alcançados mediante as práticas em sala de aula.

### 1.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Portanto, como mencionado acima, as respostas que serviram de base para que pudesse desenvolver esse trabalho de conclusão de curso, foram obtidas através da realização de entrevistas. Este método para chegar aos resultados, foi escolhido porque pretendo saber como estão atuando as professoras na Educação Infantil, tendo como público crianças com deficiência no ensino regular, também se faz necessário dar voz para estas professoras, acreditando que as suas respostas podem dizer o que pretendo encontrar no decorrer da pesquisa.

As entrevistadas foram convidadas a participar da pesquisa, através de uma visita às escolas. Após ser realizado um breve diálogo com as mesmas, sobre o tema Educação Inclusiva, deixei explícito meu interesse nesta pesquisa e de que forma o presente trabalho pode contribuir para o meio, social, acadêmico, bem como para minha formação enquanto pedagogo. Iniciado o diálogo, falei sobre o questionário que serviria como base para a entrevista e agendamos o dia, local e horários em que seriam realizadas. As professoras concordaram em participar, o que me motivou a escrever mais sobre o tema, pois percebi nas falas que ter uma prática inclusiva requer aprofundamento diário, pois com as demandas que surgem nas salas de aula devemos estar aptos a resolver e dar boas respostas aos alunos, os estimulando a serem sujeitos participativos e que valorizem o diálogo com as outras realidades existentes em nosso meio social.

Utilizar a entrevista como técnica nesta pesquisa, considero ser uma forma mais aproximada e dialogada com as profissionais que atuam em sala de aula, pois dá a elas a oportunidade de se colocarem como participante da pesquisa, apontando suas dificuldades no processo de inclusão, seus aprendizados, suas conquistas, suas trocas de conhecimento desenvolvidas nas relações em sala de aula com as crianças com deficiência e sua opinião sobre o assunto proposto.

Desta forma, acredito ser mais humana e parte da realidade do pesquisado, onde é levada em consideração sua história como educador (a), ser humano, e alguém que pertence a um grupo cultural e tem suas visões que talvez se procurada pelo pesquisador através de uma observação, não pudesse alcançar de modo mais preciso. Afirmar que a entrevista diz respeito também a uma especificidade bastante pessoal e humana, não é nenhum exagero, Duarte (2004, p. 206), contribui da seguinte maneira:

Quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzimos o outro a se voltar sobre si próprio; incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las. Fornecendo-nos matéria-prima para nossas pesquisas, nossos informantes estão também refletindo sobre suas próprias vidas e dando um novo sentido a elas. Avaliando seu meio social, ele estará se auto-avaliando, se auto-afirmando perante sua comunidade e perante a sociedade, legitimando-se como interlocutor e refletindo sobre questões em torno das quais talvez não se detivesse em outras circunstâncias.

A entrevista se constitui em uma forma de interação social, as pessoas se reconhecem e trocam experiências através da fala e escrita, por isso, julgo importante e necessária às entrevistas nesta pesquisa. Sabendo da relevância da entrevista no trabalho que está sendo desenvolvido, evidencio através da fala de Gil (2007, p. 109), a funcionalidade deste método:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

Assim, a entrevista assume um papel relevante no âmbito social, que perpassa pelo acadêmico e pessoal. Esta abordagem sugere que os entrevistadores tenham consciência de que entrevistar é uma forma coerente para obter as respostas que necessita em sua pesquisa e deve utilizá-la de maneira coerente e sistematizada.

Para realização da entrevista, elaborei um roteiro com doze perguntas a serem feitas para as professoras, destaque para o modelo utilizado, que respeita as especificidades de uma entrevista estruturada realizada face a face, pois foi desenvolvida pensando em respostas objetivas para melhor análise e tratar especificamente dos questionamentos feitos. Gil (2004, p. 113), ao falar sobre a entrevista estruturada, define da seguinte maneira:

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Esse levantamento relevante realizado através de uma entrevista estruturada deve possibilitar fazer um comparativo da atuação destas profissionais da educação que trabalham com crianças com deficiência em um mesmo município, porém em escolas diferentes, a intenção nas análises, é produzir um documento através do levantamento de dados consistente e que seja de grande importância para o meio social, acadêmico e pessoal.

É fundamental evidenciar que as entrevistas foram realizadas face a face e individualmente com as professoras que aceitaram participar, desta forma, acredito que será possível perceber através de suas expressões, algumas informações que as palavras podem por ventura ocultar.

As entrevistas ocorreram em dezembro de 2018, no município de Amargosa – Bahia. Todas as entrevistas ocorreram na casa das participantes, no turno da tarde com alternância de horários. Após ser recebido pelas professoras, iniciamos um diálogo onde me apresentei como discente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Formação de Professores (CFP), logo após elucidei sobre o motivo da entrevista, que se tratava de uma pesquisa para o trabalho de conclusão de curso (TCC). Apresentei a estrutura das entrevistas, que seguiria os padrões de estruturada e fechada, pontuei que elas deveriam das respostas objetivas sobre o assunto e havendo dúvidas sobre a pergunta ela seria refeita. As entrevistas foram gravadas em áudio com a autorização das professoras. Comecei a entrevista perguntando algumas informações pessoais, ressaltando que seus nomes não seriam divulgados. As entrevistas tiveram início sem que fosse estipulado um tempo máximo/mínimo para seu término.

As respostas dadas pelas professoras foram analisadas e relacionadas aos referenciais, à ordem da análise das perguntas será conforme realizada nas entrevistas. Vale ressaltar que podendo haver perguntas onde às respostas coincide, sua interpretação será registrada de maneira associada.

## 1.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA

Os dados que seguem abaixo, foram adquiridos através de uma solicitação realizada de forma presencial a Secretaria de Educação do Município de Amargosa, trata-se de informações referente ao acesso de crianças na educação infantil e de matrículas de crianças com deficiência em classes de ensino regular. Para ter conhecimento das respostas necessárias para este processo de escrita, dialoguei com a Secretaria da Educação e logo após encaminhei um questionário com nove perguntas, o qual tive retorno imediato.

Segundo Gil (2008, p. 121), os questionários tratam de buscar informações sobre um determinado assunto:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Segundo os dados coletados através das respostas do questionário disponibilizado pela Secretaria de Educação do município de Amargosa, existem 05 (cinco) escolas que atendem exclusivamente a Educação Infantil, com oferta de creche e pré-escola e 28 (vinte e oito) Escolas oferecem turmas de Educação Infantil, que juntas no ano de 2018, realizaram mil trezentos e onze matrículas de crianças na rede pública de ensino; sendo que sete delas são localizadas na zona urbana e vinte e uma na zona rural. Destas unidades de ensino, duas funcionam apenas com creche, uma é creche e pré-escola, outras duas são apenas pré-escolas, e vinte e três, oferecem da pré-escola ao quinto ano.

Todas as mil trezentos e onze crianças matriculadas foram atendidas por noventa e nove professoras que recebem cursos periódicos de formação continuada para atuarem em sala de aula.

A idade das crianças varia de acordo com o nível de ensino, mas segundo a Secretaria de Educação, o nível educação infantil com crianças de zero a cinco anos e as outras escolas que atendem até o nível pré-escolar, além da creche, têm crianças com idades de cinco a onze anos, por se tratarem de escolas com

classes multisseriadas<sup>1</sup>.

No que se refere a matrícula de crianças com deficiência nestas instituições de ensino, a Secretaria de Educação informou que no ano de 2018, dezessete alunos com deficiência foram matriculados nas turmas de ensino regular.

O município trabalha com base em legislações brasileiras que garantem a inclusão de crianças com deficiência em turmas regulares na Educação Infantil, essas leis tornam possível o atendimento a essas crianças com deficiência na tentativa de possibilitar a elas maior participação nas atividades realizadas em sala de aula e contribuir para o aprendizado significativo destas crianças em turmas de ensino regular vivenciando novas realidades e descobertas. As leis são: Proposta da Educação Especial do município; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia Lei 10436.

Esses dados são importantes na perspectiva de compreender com maior responsabilidade de quais formas o município e a Secretaria de Educação vem trabalhando para promover uma política e ações pedagógicas que prezem pela igualdade de direitos, respeito às diferenças, e o desenvolvimento qualificado das crianças com deficiência que são matriculadas na rede pública de nas escolas de ensino regular.

### 1.3 AMARGOSA, A PEQUENA SÃO PAULO

Para melhor compreensão deste trabalho, julgo relevante, fazer neste item uma descrição do município onde foi desenvolvida a pesquisa e estão situadas as escolas, onde lecionam as professoras participantes das entrevistas. Compreendendo a importância da história para a sociedade, faz-se necessário realizar um recorte na perspectiva de reconhecer e evidenciar características do local onde será realizada a pesquisa, levando também em consideração características que englobam suas memórias, cultura, relações pessoais,

---

<sup>1</sup> As classes multisseriadas buscam agregar todos os alunos matriculados na unidade escolar independente dos níveis de aprendizagem em uma mesma sala, que por sua vez tem como responsável (na maioria das vezes) um único professor, o qual fica responsável por sua estruturação em serie/ano/ciclo (MEDRADO, 2012, p.140).

comércio, política e de poder, além de sua importância para o cenário nacional. Pais (1999, p. 26), sobre a história, afirma que:

[...] espaço que se entende do passado ao presente e que nos convida a ir ao passado com questões do presente para voltar ao presente com um lastro do que se compreendeu do passado. Só voltando para trás o filme da História é que se torna compreensível o último fotorama: o presente.

Esse diálogo histórico entre passado e presente, pode nos trazer considerações importantes de uma determinada cultura e seu povo, desta forma, dou início a este percurso histórico afirmando que Amargosa é uma cidade situada no recôncavo Sul Baiano, localizada no interior da Bahia, fundada em 19 de junho de 1891, pelo então governador da Bahia, Dr. José Gonçalves da Silva. Essa região era habitada por índios Karirís até o século XIX, quando perderam o domínio com a chegada dos colonizadores. Registros históricos identificam que o povoado era habitado pelas famílias de Gonçalo Correia Caldas e Francisco José da Costa Moreira. O município era rico na produção de fumo e café, chegando a ser conhecido como a “pequena São Paulo”, pois na época o apogeu cafeeiro que tinha como principal produtor a cidade de São Paulo, e a grande produção em Amargosa, fizeram com que houvesse essa comparação. Rebouças (2012, p. 1), afirma que:

Se até 1930 o café era uma das imagens que representava o local (quando Amargosa era conhecida como a “Pequena São Paulo”), nos anos seguintes essa correspondência já não poderia existir, pois a realidade já era outra: declínio da produção e do comércio do café. O Município passou por diversas transformações urbanísticas, no período, e como marco principal destas intervenções estava à construção do Jardim Lourival Monte, situado na principal praça do município, no início da década de 30, que conferiu a cidade uma nova identidade: “Cidade Jardim”.

Pode-se perceber assim, através deste registro, que Amargosa teve tempos de muita riqueza, onde a lavoura era sua principal fonte de lucro, tornando-a referência na economia e no comércio de toda a região.

Considero importante nesse recorte histórico sobre Amargosa, trazer brevemente algumas outras informações que se referem a padroeira da cidade que é conhecida pelos munícipes como Nossa Senhora do Bom Conselho, que teve sua primeira capela erguida no ano de 1855 e com a ascensão da localidade, teve sua vila fundada em 1878 e posteriormente em 1891 a vila foi nomeada como Amargosa. Atualmente a catedral de Nossa Senhora do Bom Conselho (1934) está localizada na Praça Lourival Monte, em frente ao belíssimo jardim (1934), que

é também ponto turístico da cidade por ser um cenário cuidadosamente conservado pela população e pelos órgãos públicos.

#### 1.4 DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As participantes da pesquisa foram três professoras que lecionam no Centro Educacional Infantil Rachel Vaz Sampaio, carinhosamente chamado de “Tia Rachelzinha”, e no Centro De Educação Infantil José Eduardo Vieira Ribeiro, também chamado carinhosamente de “Tio Zezéu”. Essas instituições são vinculadas a rede pública de ensino do município de Amargosa. No sentido de procurar respostas para a problemática da pesquisa, realizei entrevistas, para analisar de que forma essas profissionais estão praticando a política de inclusão e como as mesmas estão compartilhando ideias e atitudes para estabelecer no ambiente escolar a inclusão de crianças com deficiência.

No quadro abaixo, segue informações sobre a formação das professoras, o tempo de atuação na educação infantil, assim como a carga horária de trabalho semanal, e de que forma ingressaram na educação infantil. Os nomes das Professoras participantes foram preservados e serão chamadas durante a análise dos dados como (Luz, Flor e Sororidade). Conhecer as especificidades destas professoras me leva a compreender melhor sobre suas concepções em relação à educação, sobretudo a educação voltada para as crianças com deficiência.

Das professoras, no ano de 2018 duas foram contratadas através de processo seletivo simplificado realizado pelo município, para uma carga horária de trabalho de vinte horas.

**Quadro 01** – Informações obtidas através da entrevista com as participantes

Nome	Ingresso na instituição	Formação	Tempo de atuação na educação infantil	Escola onde atua	Jornada de trabalho
Inclusão	Processo seletivo Simplificado	Graduação em Pedagogia	2 anos	CEIJEVR	20hs

Inclusiva	Processo seletivo Simplificado	Graduação em Pedagogia, com especialização em psicopedagogia	9 anos	CEIRVZ	20hs
Diversidade	Processo seletivo simplificado	Graduação em Pedagogia com especialização em alfabetização e letramento	6 anos	CEIRVZ	20hs

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

## 1.5 DESCRIÇÃO DOS CENTROS EDUCACIONAIS INFANTIS (CEIs): LÓCUS DA PESQUISA

### 1.5.1 Escola Rachel Macedo Vaz Sampaio

Foram convidadas duas professoras que lecionam no Centro de Educação Infantil Rachel Macedo Vaz Sampaio que fica localizada à Rua Gilda Ferreira, S/N - Centro, na cidade de Amargosa/Ba. Este CEI é mantido pela rede municipal de educação de Amargosa, atendendo crianças de 06 meses a 3 anos e 9 meses. O CEI, atende por esse nome por ter como base a história de Rachel Vaz Sampaio, figura ilustre da sociedade amargosense que desempenhou no passado, um papel filantrópico de grande importância no atendimento de crianças pequenas e famílias carentes no município de Amargosa/Ba.

O seu processo de construção/reforma teve início em março de 2009 e o espaço anteriormente destinava-se ao funcionamento de uma clínica médica privada, a obra teve uma duração de 10 meses, finalizando-se em janeiro de 2010, período no qual foi projetada e adaptada para atender 170 crianças de 0 a 3 anos e 9 meses. A nova creche foi inaugurada com padrões muito próximos aos exigidos pelo MEC e passou a ser carinhosamente chamada de Creche Tia Rachelzinha.

No que se refere à estrutura física, resalto que têm um muro separando a instituição de outra escola infantil, porém privada, a creche possui uma brinquedoteca com um espaço lúdico-pedagógico, cultural, com alguns brinquedos confeccionados pelos bolsistas do PIBID, permitindo às crianças o acesso aos

brinquedos e as brincadeiras, assim como a leitura, pois possui uma bebeteca (local destinado à recreação onde ficam os brinquedos das crianças do berçário), onde contêm também livros de literatura infantil.

O espaço da secretaria contém uma sala e um banheiro, onde ficam os responsáveis pela direção da creche, e a secretária administrativa está devidamente mobiliada, dotada de equipamentos de informática e materiais de expediente. A sala de coordenação esta localizada em local amplo e equipada para atender as necessidades da equipe pedagógica, este espaço é utilizado também como sala dos professores e possui um banheiro.

Para as crianças existem dois banheiros coletivos, um para os meninos e outro para as meninas, cada um possui quatro vasos e três chuveiros, importante explicitar que o CEI conta com um banheiro adequado às crianças com deficiência, que evidencia a preocupação da mesma com esse público. A creche também conta com seis salas e dois berçários. O primeiro berçário comporta as crianças de seis a nove meses incompletos e o segundo berçário comporta as crianças a partir de nove meses.

O refeitório é bastante amplo e o mobiliário é adequado para melhor servir as crianças durante as refeições, ainda neste espaço está à área onde os alimentos são armazenados e preparados, todos os dias são servidas cinco refeições, conforme as normas vigentes de higiene e preparo, contando ainda com um depósito onde ficam armazenados os alimentos e outro com livros e fraldas. Ainda no refeitório vale ressaltar que têm uma televisão com aparelho de dvd onde as crianças em dias alternados entre uma sala e outra, são levadas para assistir filmes e desenhos, ao lado do refeitório esta localizada a lavanderia devidamente coberta e equipada, conforme a necessidade do serviço diário. O depósito de materiais didáticos e de limpeza ficam na parte interna do prédio.

#### 1.5.2 Escola José Eduardo Vieira Ribeiro

O Centro De Educação Infantil José Eduardo Vieira Ribeiro, fica localizado na Rua Otavio Mangabeira s/n, no Centro de Amargosa. É também mantido pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, sendo inaugurado em 01/03/2018 com o inicio das atividades se deram nesta mesma data. As atividades são desenvolvidas nos horários: Matutino – 08h00 min- 12h Vespertino – 13h - 17h30.

O nível de ensino é Educação Infantil (Pré-escola), atendendo crianças de 4 e 5. Conforme dados atualizados do censo escolar 2018, CEI têm 151 alunos matriculados e frequentes. Para atendê-los a escola conta com um quadro formado por 18 funcionários.

O espaço da escola é um prédio antigo e a sua infraestrutura passou por algumas adequações para atender os alunos da Educação Infantil. A área externa possui algumas limitações, no entanto, o Centro de Educação Infantil fica localizado no centro da cidade, próximo aos principais pontos turísticos de Amargosa, lindas praças e jardins que tem facilitado à realização de diversas atividades pedagógicas. Em relação ao espaço do CEI, o mesmo necessita de uma área coberta para a realização de atividades nos dias chuvosos e algumas pinturas no chão para facilitar a realização de atividades que envolvem a psicomotricidade.

Como se percebe, o Centro Educacional Infantil José Eduardo Vieira Ribeiro, foi inaugurado recentemente, mas dentro de um ano desempenhou papel importante e indispensável no que se refere a atender as crianças com deficiência, a escola dispõe de acessibilidade para as crianças com deficiência física. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEI, o quadro funcional conta com a colaboração de professores com licenciatura plena em pedagogia, normal superior, especialização em psicopedagogia, sendo que a maioria dos professores concluíram a sua graduação em instituições privadas. Ao todo são 10 professores contratados, sendo 02 professores de apoio estagiários do IEL. Já a equipe de apoio compõe-se de 06 funcionários contratados. Neste quadro de funcionários, inclui-se uma diretora, uma coordenadora ambas efetivas e um auxiliar administrativo com contrato temporário.

Tendo ainda como base o (PPP) disponibilizado pela direção da escola, o espaço físico é composto por; 01 secretaria, 01 sala adaptada para a coordenação pedagógica e 01 sala adaptada para um cantinho de leitura, 01 refeitório, 01 corredor, 08 salas, sendo que 05 são salas de aula e 03 salas funcionam o Atendimento Educacional Especializado, 01 banheiro unissex para as crianças no corredor, 01 banheiro também unissex para os funcionários, 01 banheiro feminino para as crianças com 03 vasos e 03 pias, 01 banheiro masculino para as crianças com 03 vasos e 03 pias, 02 depósitos, 01 almoxarifado, 01 cozinha, 01 área de serviço.

## 2. INCLUSÃO COMO POLÍTICA DE IGUALDADE

Falar sobre Educação Inclusiva voltada para as crianças com deficiência pode por muitas vezes, nos remeter ao pensamento de que basta inserir as crianças no contexto escolar e simplesmente deixa-las ao seu próprio destino, sem lhes oferecer condições adequadas de acessibilidade, materiais pedagógicos que visem trabalhar com as especificidades destas crianças e que influencie positivamente no seu processo de ensino/aprendizagem, além de não permitir que estas tenham o acompanhamento de professores com instruções e formação que possibilite trabalhar com a pluralidade que existe nas salas de ensino regular onde as crianças com deficiência estão inseridas.

Temos que concordar que para que haja a efetivação da educação inclusiva, é necessário que haja crianças com e sem deficiência atuando juntas, trocando experiências e se constituindo através do reconhecimento uma da outra como seres humanos e pessoas que precisam de carinho e atenção especial, deste modo, a forma como o professor conduz suas aulas e a maneira como esta preparada a sua metodologia de ensino que dirá se sua prática lhe identifica como um professor inclusivo.

Ao falar de inclusão, devemos estar atentos para o histórico de quando estas práticas foram inseridas nas escolas e qual seu real papel perante a sociedade. A este respeito, Brevilheri (2008, p. 3), afirma que:

A inclusão educacional tem ocupado significativo espaço de reflexões em todo o mundo, particularmente a partir da década de 1990. Etimologicamente a palavra Inclusão vem, do verbo incluir (do latim *includere*), que significa conter em compreender, fazer parte de, ou participar de. Assim, falar de inclusão escolar é falar do educando que se sente contido na escola, ao participar de todas as possibilidades educativas que o sistema educacional oferece, contribuindo, portanto, com seu potencial.

Corroborando com Brevilheri (2008) e levando em consideração as leis e regimentos que asseguram a inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular, Góes (2007), afirma que, muitos documentos fundamentam o que hoje se conhece como Inclusão, não foram poucas as batalhas travadas para se reconhecer a necessidade de abrir espaços de diálogo e atuação para as crianças com deficiência.

A necessidade de incluir as crianças com deficiência no seio social e cultural, sempre foi um paradigma que vêm desde a idade média, pois naquele tempo as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes e não tinham direitos que viabilizassem sua participação nas tomadas de decisões, na construção dos valores socialmente discutidos e constituídos, por muitas vezes as crianças com deficiência não eram vistas como seres humanos. Ainda nos séculos após a Idade média, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, as pessoas com deficiência tinham seus direitos negados e eram postas a margem da sociedade, é o que afirma Souto (2014, p. 16 ):

Analisando o período histórico da educação inclusiva, nos séculos XVII e XVIII, é possível notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social.

Aranha (1995) nos conta que com a ascensão do Cristianismo na idade média, o homem passou a ser conhecido como ser com racionalidade e que era criação divina e por isso se manifestava por ela, desta forma, as crianças com deficiência são incluídas na sociedade e eram protegidos por intervenção religiosa. A igreja ao inserir as crianças com deficiência em suas atividades, como por exemplo, na catequese, oportunizada que eles fossem vistos de outra forma na sociedade e se reconhecessem como seres humanos que tinham direitos, mas que naquele tempo não eram reconhecidos pela ausência de leis promovidas pelo estado.

A inclusão é um termo moderno, que ganhou força na década de 90 com a necessidade de ter escolas que atendessem a esse público, muitas leis foram criadas para assegurar esse acesso e garantir a permanência qualificada destas crianças na escola de ensino regular. Souto (2014, p. 11), define da seguinte forma este processo histórico de inclusão.

A educação inclusiva surgiu em diferentes momentos e contextos, especialmente a partir da década de 90 quando ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial, e em 1994 foi proclamada a Declaração de Salamanca que, a partir daí, passou-se a considerar a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais, tanto nos espaços sociais quanto em salas de aula regulares, como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, e a escola regular passou a representar o local primordial onde a integração de crianças com Necessidades Especiais poderia ser concretizada.

É perceptível que assim como a Declaração de Salamanca, outros documentos foram criados no intuito de estabelecer e permitir que as crianças com deficiência fossem vistas e tratadas como as outras crianças que não tinham deficiência, e tivessem acesso ao ensino regular, tendo suas necessidades atendidas conforme suas especificidades. Porém, sabemos que mesmo diante destas políticas de inclusão, o caminho a ser percorrido é imenso e exige mais rigor dos órgãos públicos e dos próprios servidores que atuam no campo educacional.

## 2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL, OUTRA PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO

Essa modalidade de ensino busca, assim como a educação inclusiva, dar suporte para as crianças que possuem algum tipo de deficiência, atribuindo a elas, o direito de se desenvolver com dignidade, tendo suas especificidades respeitadas e suas necessidades atendidas em locais de educação que são destinadas a elas. O ensino ofertado procura suprir as necessidades dos alunos e contribuir para seu real desenvolvimento cognitivo e motor.

Desta forma, é importante evidenciar que estas crianças com deficiência eram atendidas em escolas ou instituições destinadas para sua deficiência e não tinham assegurada a inclusão em turmas comuns o que as impedia de ter o contato e aprender com outras crianças que não tinham deficiência.

Esta forma de educar advém desde o Brasil império, quando foram criadas instituições para atender a grupos específicos que tivessem a mesma deficiência, podendo citar o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854; Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, que funciona no Rio de Janeiro. Assim como o Instituto Pestalozzi, fundado em (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (MEC, 2007).

Ao analisar a funcionalidade da educação especial, fica explícito que apesar de buscar atender as crianças com deficiência, dando a elas todos os cuidados e atendendo as suas necessidades mais particulares, e mesmo obtendo bons profissionais atuando com estas crianças, o que se nota é a segregação destes sujeitos, onde deixam de estar inseridas em espaços educativos com outras

crianças e se desenvolvendo juntamente com ela, tendo a compreensão de uma realidade diferente e de novas abordagens educativas.

Porém, essa característica da educação especial vem tomando novas roupagens, pois com as leis e diretrizes que promovem a inclusão de crianças com deficiência em turmas de ensino regular, as oportunidades das crianças se desenvolverem em comunhão com outras sem deficiência se torna realidade. Para tanto, é necessário além de professores qualificados quanto a novas metodologias, uma visão de mundo que busque incluir e promover atividades inclusivas em sala de aula e que trabalhar com essas crianças de forma amorosa e respeitosa, é necessário também que exista um local seguro e que atenda os anseios destas crianças.

Atualmente as escolas contam com serviços especializados como as salas de recursos multifuncionais<sup>2</sup> e professores de apoio e em muitas escolas são implantados as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEEs), que possibilitam aos educadores contar com profissionais especializados nas escolas para dar suporte nas atividades com as crianças com deficiência. (MAZZOTTI, apud GRANEMANN 2015, p. 66), destaca esse conjunto de apoio e suplementos da seguinte maneira:

**-Apoio:** ocorre quando um professor especializado orienta a equipe da escola e o professor da classe comum, além de prestar atendimento ao aluno, auxiliando-o em suas necessidades educacionais especiais para seu melhor acompanhamento do currículo escolar comum e da programação de sua classe. No atendimento ao aluno, atua tendo como referência os conteúdos curriculares e/ou a preparação de materiais didáticos e faz uso de métodos e recursos especiais. Tal professor é identificado como “professor de recursos”, podendo ser um consultor, um professor itinerante ou mesmo, um professor de sala de recursos.

**- Suplementação:** ocorre quando um professor especializado orienta a equipe da escola e os professores das classes comuns, presta atendimento ao aluno mediante desenvolvimento de atividades e conteúdos curriculares específicos,

---

<sup>2</sup> “Sala onde são desenvolvidas estratégias que favorecem no processo de desenvolvimento e construção de conhecimentos das pessoas com necessidades educacionais especiais, com materiais específicos para cada deficiência” (SILVA, 2013, p. 31).

além daqueles destinados a todos os alunos de sua classe, de modo a favorecer seu desenvolvimento e aprendizagem e garantir sua escolarização no contexto do ensino regular. São exemplos de conteúdos e atividades específicas: o Braille, as técnicas de comunicação (LIBRAS), as atividades da vida diária como, por exemplo, o tomar banho, o vestir-se, o alimentar-se adequadamente.

Com isso, podemos ter esperanças quanto ao papel da educação inclusiva, quando ela propõe que as crianças com deficiência devem estar inseridas nas salas de aula do ensino regular e dispões de profissionais para dar suporte e contribuir para o bom desenvolvimento destas crianças. Educar é algo que requer cuidados, capacitação continuada, dedicação e, sobretudo o amor, que a educação seja sempre o meio mais utilizado para que se consiga chegar ao equilíbrio entre as diferenças e que nenhuma criança seja excluída por ter algum tipo de deficiência.

## 2.2 LEGISLAÇÃO QUE GARANTE IGUALDADE DE DIREITOS E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Durante a escrita senti a necessidade de me aprofundar um pouco mais sobre as leis que asseguram os direitos de acesso das crianças com deficiência nos espaços públicos, sobretudo nas escolas de ensino regular, tendo como foco a Educação Infantil. Ressalto a relevância de utilizar documentos que asseguram direitos para asc crianças com deficiência, dando a elas aceso e o reconhecimento de que mesmo com diferenças devemos tratar a todos com respeito, pois somos seres humanos e devemos nos respeitar e contribuir positivamente para o crescimento um do outro. Irei analisar de que forma estão dispostos esses direitos na Declaração de Salamanca, Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a Declaração dos direitos da criança (DDC), Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional (LDBEN), a Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos (DDPD), dentre outros.

### 2.2.1 Declaração De Salamanca

Foi uma iniciativa do governo Espanhol em parceria com a UNESCO<sup>3</sup> que

---

<sup>3</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a

teve como principal objetivo, criar um documento que priorizasse a educação pública e de qualidade, pautada em uma Educação para todos. Este documento teve como princípio norteador, situar a educação Especial no contexto mundial e inserir esse tema nos debates e diálogos no campo educacional. Seus princípios são pautados em uma proposta inclusiva e que viabilize a inserção das crianças com deficiência no ambiente escolar, pois isso passa a ser um direito da criança, tendo suas especificidades respeitadas. Após sua criação, este documento foi utilizado em muitos países como base para que houvesse escolas regulares e especializadas visando atender as crianças com deficiência. Com dados da UNESCO (1994, p. 3), enfatizo os objetivos e o movimento de construção da Declaração:

Reuniram-se em Salamanca, de 7 a 10 de Junho de 1994, mais de 300 participantes, em representação de 92 governos e 25 organizações internacionais, a fim de promover o objectivo da Educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais de política necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais.

Esta Declaração prioriza então, a formação qualificada de crianças e jovens com necessidades especiais, e estas devem estar inserida em escolas de ensino regular independente de suas diferenças no que se refere a, tendo suas características pessoais respeitadas e as eventuais dificuldades resolvidas, para isso esta disposto ainda que as instituições devem se adequar a atender estas crianças e jovens com deficiência e trabalhar de forma a contribuir com o aprendizado junto a outras crianças. Ao viés inclusivo na Declaração de Salamanca, em Brasil (1994, p. 330), está descrito que:

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (sic.) ou outras”.

Diante deste quadro, nota-se que é desafiador as adequações quais as escolas são submetidas para atender a este público. A estrutura tanto material, de

---

paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades.

estrutura e pessoal, devem ser adequadas a contribuir com a inclusão e aprendizagem destas crianças e jovens. O público que está incluído na declaração, não trata apenas de crianças com deficiência, mas também as que, segundo a UNESCO (1994, p. 6) as crianças e jovens moradoras de rua e que por motivos pessoais trabalham, e as que pertençam a as minorias que são deixadas a margem por serem de classes consideradas inferiores pela divisão social, também deve estar atentas para incluir as que têm dificuldades no desenvolvimento da linguagem, que pertencem aos grupos étnico e culturalmente excluído.

Neste sentido, se a escola tiver seu olhar voltado a contribuir para que a inclusão seja efetivada, poderemos mudar e melhorar muita das diferenças e exclusões que ainda hoje existem nas salas de aula e nos ambiente educacionais. A escola sendo o local de educação, e formação de identidade deve promover através de sua estrutura, das atividades, de seu quadro funcional e em sua ideologia o acesso a uma educação igual e de respeito. Respeitando sempre o tempo de aprendizagem e de desenvolvimento do público que atende. Assim, poderemos contribuir positivamente, como educadores, para educar as crianças e jovens, além de aprender com nossas práticas diárias. Sendo assim, as escolas terão êxito se pensar e se voltar para a inclusão, utilizando também as adequações propostas na Declaração de Salamanca através da UNESCO (1994, p. 11):

O sucesso das escolas inclusivas que favorecem um ambiente propício à igualdade de oportunidades e à plena participação depende dum esforço concertado, não só dos professores e do pessoal escolar, mas também dos alunos, pais e voluntários. A reforma das instituições sociais não é, somente, uma tarefa de ordem profissional; depende, acima de tudo, da convicção, empenhamento e boa vontade dos indivíduos que constituem a sociedade.

### 2.2.2 Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC- 2008)

Este documento busca em sua totalidade, tornar possível a inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular, assumindo desta forma o papel de transformar a realidade destas crianças, possibilitando que estas sejam educadas de forma igual e respeitadas por suas diferenças.

A política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, além de fazer uma contextualização histórica do processo de inclusão

de crianças com deficiência em espaços que sejam eles especializado ou não, explicita que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que tem como principal objetivo contribuir para o aprendizado e desenvolvimento de crianças com deficiência em espaços que são destinadas a elas respeitando sua deficiência, isso implica acrescentar que estes espaços educacionais constituem uma modalidade que busca atender a cada criança de forma especializada, sem o contato com crianças sem deficiências.

Esta modalidade de ensino, também mostra que as turmas voltadas para a Educação Especial, podem estar inseridas nos espaços de ensino regular, que possibilita refletir o quanto é importante que, mesmo se as crianças com deficiência estiverem sendo atendidas, por exemplo, pelo AEE, elas tenham contato com as outras crianças, portanto é de extrema importância pensar a Educação Especial numa perspectiva inclusiva. As escolas devem dar espaço para o novo, para que outras e todas as realidades e diferenças ocupem seu interior, para que as crianças assumam desde a Educação Infantil, um pensamento e comportamentos de respeito às diferenças, pois é ainda na infância que as crianças iniciam seu processo de aquisição do conhecimento e desenvolvimento global, portanto, estas crianças devem estar em contato com valores que lhes direcionem para os melhores caminhos até chegar a sua fase adulta. A este conceito de Educação Especial na perspectiva Inclusiva, o MEC (2008, p. 11), destaca que:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes.

Desta forma, a ação pedagógica dos professores, sua formação continuada voltada para a área da Educação Inclusiva, os objetivos a serem alcançados pela instituição, devem contribuir para que as crianças com deficiência sejam atendidas e educadas em contato com novas possibilidades metodológicas que dialoguem com as especificidades de cada criança e com seu tempo de desenvolvimento.

2.2.3 Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Estado da Bahia.

Pensando em uma sociedade igual e sem discriminação em relação à Educação de crianças com deficiência, o Governo do Estado da Bahia, lançou em 2017, as Diretrizes da Educação Inclusiva, para promover nas escolas de todo o estado, atitudes que permitam a inclusão de pessoas com deficiências nas atividades realizadas dentro e fora do âmbito escolar, contribuindo para que não aconteçam atos de exclusão e segregação, tendo como referências leis nacionais e internacionais que viabilizam e tornam obrigatórios o reconhecimento e inserção, sobretudo, das crianças com deficiência nas turmas regulares de ensino. Para o campo educacional, este documento se torna uma importante referência para professores da rede pública de ensino. A SEC-BA (2017, p.11), define da seguinte maneira seus objetivos na criação das Diretrizes da Educação Inclusiva:

Tentando responder a esse desafio, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia propõe as Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Estado da Bahia (doravante Diretrizes), com intenção de nortear e balizar ações para uma práxis pedagógica sensível e humanizadora, capaz de promover experiências significativas na construção de saberes por todos os sujeitos, independentemente das suas diferenças culturais, sociais, de gênero, de formas de aprendizagem etc.

Este documento abrange diversas áreas Educacionais e modalidades de ensino, dando suporte a professores da educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos, destacando que as escolas são espaços de múltiplas realidades e precisa estar centrado em ensinar valores que possibilitem as crianças, se relacionar uma com as outras de maneira respeitosa, ressalta que o professor deve ter consciência desta realidade e atuar de forma coerente, contribuindo para o aprendizado de seus alunos.

#### 2.2.4 Declaração Universal dos Direitos Humanos

A partir da necessidade de ter legislações que possibilitem as pessoas usufruir de seus direitos, e sabendo da necessidade de ter leis para assegurar que as pessoas com ou sem deficiência se relacionem de forma respeitosa e digna, tendo suas necessidades atendidas e respeitadas, foi criado em Paris, tendo sua publicação final realizada em 10 de dezembro de 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Essa Declaração foi criada por membros de todas as nações com a intenção de assegurar o respeito e a dignidade entre os países, além de promover a igualdade entre os povos de uma mesma região.

Tendo como referência um artigo publicado pela UNICEF, utilizo estes dados que são destacados no artigo 3, pontos 1 e 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde dispõe que:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

Desta forma, o acesso à educação deve ser efetivado pelos órgãos públicos e contribuir para que no ambiente escolar todos se desenvolvam gradualmente e com qualidade, adquirindo, além das competências educacionais, as que envolvem o reconhecimento de outras realidades no meio social.

#### 2.2.5 Declaração dos Direitos da Criança

Essa Declaração data de 20 de novembro de 1959, e foi uma iniciativa adotada pela assembleia das nações unidas e assim como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH 1948), que prega a igualdade de direitos e o cesso de crianças e jovens adultos nas escolas, a Declaração dos Direitos da Criança vem reafirmando essas condições e complementa que as crianças tem direito a plena felicidade, assim como direito a saúde, a se desenvolver gradualmente tendo em seus espaços a presença da afetividade, boa alimentação e todas estas condições devem por lei ser asseguradas pelos governos e órgão competentes.

Em alguns de seus princípios, mais precisamente no 5º e 6º, a Declaração dos Direitos da Criança fala sobre as crianças que tem necessidades especiais e de que formas estas devem ser atendidas, para que haja melhor desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e físicas, os princípios estão dispostos da seguinte forma:

Princípio 5. À crianças incapacitadas física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar

Princípio 6. Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e,

em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material, salvo circunstâncias excepcionais, a criança da tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas (DUDH, 1948).

#### 2.2.6 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

Lei Nº 9.394 sancionada em 20 de dezembro de 1996, que define a Educação como um direito de todos e que deve ser ofertada pelos órgãos públicos que tratam do ensino, também pela família e que não apenas deve ocorrer nos espaços formais de educação, mas também nos espaços culturais, com os movimentos sociais e que deve fazer parte também das relações humanas. Esta lei trata de fins obrigatórios da educação e a define como essencial para o desenvolvimento humano, tanto para fins sociais, quanto econômicos, portanto a educação segundo a (LDB) deve contribuir ao ser humano de forma a dar a ele subsídios legais e educacionais que o façam aprender e se relacionar com todas as diferenças de forma harmoniosa.

Vale ressaltar que este aprofundamento na legislação, tem por finalidade explorar e servir como ferramentas teóricas que nos possibilite entender melhor de que forma as crianças com deficiência devem ser e estão sendo inseridas nos ambientes educacionais, adquirindo assim, se for o caso consciência de que esse acesso deve ser efetivado pelos órgãos públicos, tendo escolas de qualidade, com profissionais qualificados, acessibilidade, material didático específico para cada individualidade. Acredito que desta forma, teremos um espaço acolhedor para atender a todos os públicos, especialmente as crianças que possuem alguma deficiência. Assim sendo, vale destacar alguns pontos presentes na (LDB), pontos estes que asseguram essas adequações, no título III - art. 4º da (LDB, 2017, p.10):

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno os globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada

um; vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Deste modo, esta assegurada pela (LDB), o ensino de crianças respeitando seus níveis de aprendizagem e que leve em consideração suas especificidades, além de garantir que as crianças com deficiência, usufruam de atendimento educacional especializado, não sendo excluídos por sua deficiência, mas estando em turmas de ensino regular. Na educação infantil, que é a fase de desenvolvimento mais importante da criança e a primeira etapa de sua escolarização básica, a escola deve trabalhar de forma a contribuir para a criança em seu desenvolvimento físico, psicológico, intelectual, e social, sendo complementada pelas ações realizadas em âmbito familiar e dentro de sua comunidade LDB (p. 22).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, no capítulo V, art. 58. Incisos 1, 2 e 3, garante a inclusão de crianças com deficiência nas escolas do ensino regular, portanto, é papel da escola assegurar que estas crianças permaneçam no ambiente escolar respeitando seu tempo de aprendizado e de desenvolvimento. Deve-se facilitar esse acesso por parte do estado e dos municípios, e para além do acesso e permanência, a escola deve garantir a aprendizagem como de todas as outras crianças, por esse motivo é necessário à qualificação do professor para atuar com as crianças com deficiência, não apenas ensinar como uma mera reprodução, mas assegurar à educação e o direito a inclusão. (LDB, 2017, p. 39)

#### 2.2.7 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

A lei de nº 8.069 de 13 de junho de 1990, nomeada como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), partindo do princípio de igualdade e respeito, prega que toda criança tem por direito, gozar de acesso a educação, ter suas necessidades atendidas pela família, pelos órgãos públicos, pela sociedade como um todo e se desenvolver de forma sadia, levando em consideração suas particularidades e sendo respeitadas independente de sua raça, religião, crença, sexo, situação econômica ou deficiência e tendo atendidas suas necessidades básicas como saúde, segurança, lazer, educação e alimentação (ECA, 2017, p.19).

O Estatuto garante que as crianças e adolescentes com ou sem deficiência tenham acesso a Educação, sendo os pais responsáveis pela matrícula destes na escola, a fim de se prepararem para desempenhar seu papel na sociedade e estarem sendo qualificados para a cidadania e para o mercado de trabalho. Corroboro com o (ECA), quando reafirma que as crianças com deficiência devem ser educadas em escolas com turmas de ensino regular, com a presença de profissionais qualificados didaticamente e que procurem promover em sala o espírito de coletividade e respeito.

No campo da educação inclusiva, existem teorias que sustentam a necessidade de se ter espaços adequados para as crianças com deficiência, neste sentido, é correto afirmar que as escolas devem dispor de meios que contribuam para a participação destas crianças nas atividades, estes meios juntamente com o olhar sensível dos professores certamente irá efetivar e viabilizar o acesso e permanência das crianças com deficiência nas escolas de ensino regular. Essa educação especializada e voltada para os alunos com deficiência deve acontecer diariamente, segundo o (MEC, 2007, p. 24):

A escola ao desenvolver o Atendimento Educacional Especializado deve oferecer todas as possibilidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livre.

A escola é o ambiente que forma o cidadão e sua identidade, contudo deve oferecer para os alunos a oportunidade de conhecer novidades a partir de interações e utilizando como meio de aprendizado atividades que envolvem a leitura, não apenas a leitura da palavra, esta que é referenciada por Paulo Freire (1989), onde afirma que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra, neste sentido e tomando a complexidade de sua fala como referência, se percebe que as práticas educativas devem estar associadas com a realidade dos estudantes, a inclusão de tarefas e atividades que dialoguem com as especificidades de cada contexto social e pessoal certamente definirão o aprendizado, e este terá melhor aproveitamento. As crianças com deficiência têm um contexto diferente das que não possuem nenhum tipo de deficiência. Como inclui-las nas atividades levando em conta suas especificidades físicas, pedagógicas, de aprendizagem (intelectuais) que por vezes impossibilitam o aprendizado?

### 2.2.8 O papel do professor na consolidação da inclusão em sala de aula

Neste item, faço considerações sobre a atuação docente com as crianças com deficiência, também de que forma deve se dar esta atuação para inserir as crianças no contexto escolar, mais precisamente na sala de aula, sem os diferir quanto a suas particularidades. É sabido que a discussão entorno das ações educacionais e sociais inclusivas são datadas de poucos anos atrás, mais precisamente da década de 1990, mas que vem sendo discutida até os dias de hoje pelos órgãos públicos e instituições de ensino.

Esta perspectiva de inclusão só foi possível com a força dos movimentos sociais dos direitos humanos que viram a necessidade de ter leis tanto nacionais quanto internacionais que passassem a assegurar que as crianças com deficiência fossem inclusas na sociedade e em especial nas escolas de ensino regular e no mercado de trabalho em sua fase adulta. Portanto, é perceptível que para educar essas crianças, foram e é necessária uma qualificação especial dos professores que possam atender a contribuir para o aprendizado de todas as crianças.

Para atuar, seja em qualquer área, é necessária uma formação para que o profissional esteja apto a desempenhar bem suas funções. Na educação essa qualificação é mais que necessária, pois os professores conduzirão os sujeitos a conviverem em sociedade, tendo que aprender a se relacionar com outras pessoas diferentes delas, aqui as diferenças podem incluir deficiências, gênero, cor, idade, classe social e/ou escolaridade. Fernandes e Lage (2015, p. 2) se referem as diferenças e ao processo histórico de inclusão da seguinte maneira:

[...] as diferenças não devem ser tratadas com um caráter fixo e preponderantemente no outro, uma vez que estão sendo constantemente feitas e refeitas, e estão em todos e em cada um. Ao mesmo tempo, a inclusão contribui para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tornando efetivo o direito de todos à educação.

Interessam-me falar aqui dos profissionais que atuam com as crianças desde o Brasil Império, suas atribuições nas primeiras instituições eram de dar suporte apenas na saúde destas crianças, a parte educacional não eram incluídas neste atendimento ou era deixado em segundo plano, porém no século 20 as propostas pedagógicas voltadas para as crianças com deficiência começaram a ser difundidas, não deixando de ser em sua maior parte ainda voltadas para os cuidados com a saúde e com metodologia que atendesse as necessidades

psicológicas (GRANEMANN, 2005, p. 73).

Ainda segundo Granemann (2005), em 1931 formações foram oferecidas aos professores para que pudessem atuar com as crianças que possuíam ou não deficiências, mas faz uma ressalva ao afirmar com as mudanças ocorridas vigentes do instituto Pestalozzi, essas crianças com deficiência foram segregadas e passaram a ser educadas em ambientes distintos (escolas especializadas) das outras crianças, sendo impedidos de aprender junto com as diferenças e se desenvolver conhecendo outras realidades, correndo assim o risco de se efetivar a institucionalização da discriminação, contribuindo assim para que muitas crianças com deficiência pudessem se ver como inferiores a aquelas que não tinham nenhuma deficiência.

Com as leis de inclusão e a necessidade de mudança na visão como devem ser atendidas as crianças com deficiência nas escolas e nos seguimentos existentes na sociedade, algumas modificações aconteceram, como por exemplo; as crianças com deficiência tiveram direito de serem matriculadas em escolas de ensino regular desde a Educação Infantil até sua fase adulta. Sabe-se que mesmo com muitas mudanças e com as ofertas de qualificação que são oferecidas aos profissionais que atuam com esse público, o caminho a ser percorrido ainda é grande para que possamos atingir o total acesso das crianças nas escolas e que além de seu acesso, possam permanecer, aprendendo, conhecendo o mundo, se desenvolvendo e sendo respeitadas por serem diferentes.

### **3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: NARRATIVAS E VIVÊNCIAS EM TURMAS REGULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Utilizarei referenciais bibliográficos para auxiliar na interpretação dos dados coletados através das entrevistas, compreendendo, que esse tipo de pesquisa oferece maiores possibilidades para elaboração do trabalho por oferecer alguns estudos que tratam do tema em análise. “Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos” (GIL, 2002, p. 45).

Serão utilizadas referenciais bibliográficos como Granemann (2005), que faz considerações consistentes sobre a trajetória da educação inclusiva com viés internacional e nacional, apontando caminhos e destacando o papel do professor para efetivação da inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares; Sousa (2012), que contribui de forma significativa sobre a educação e inclusão de crianças surdas na Educação Infantil, destacando suas potencialidades, utilizando como base de estudo nesse processo de inclusão, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Almeida (2008), fazendo uma contextualização a partir das ideias de Henri Wallon da importância da afetividade para o aprendizado e desenvolvimento das crianças; Branco (2007), ressaltando a formação continuada dos professores, dando enfoque em seu crescimento pessoal para desenvolver com mais qualidade os assuntos voltados para a teoria e a prática; Brevilhere (2008), que busca dar subsídios teóricos a prática docente em escolas voltadas para inclusão através de uma didática mais humana e acolhedora nas salas de recursos. Dentre outros teóricos que me permitiram refletir e analisar melhor a atuação e formação de professores para trabalhar com crianças com deficiência na educação infantil. Também foi analisada a legislação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), Plano Nacional de Educação (PNE), que permite o acesso destas crianças em escolas de ensino regular. Estas análises textuais permitiram conceituar a educação inclusiva e relacionar estes conceitos com as respostas das professoras nas entrevistas, além de oferecer considerações a cerca da formação docente para atuar com as crianças com deficiência no ensino regular.

É sabido que as dificuldades para incluir crianças com deficiência em

turmas de ensino regular existem e exigem dos professores preparo quanto a sua formação para que tenham êxito em suas práticas pedagógicas, neste sentido esta pesquisa busca analisar essa realidade e sugerir alternativas que possam auxiliar aos professores nas suas aulas.

Iniciei a entrevista questionando se as professoras tinham conhecimento sobre alguma lei que garantisse a inclusão de crianças com deficiência nas turmas de ensino regular ou a lei N°9394/96 Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1996. Duas professoras responderam apenas que sim sem dar uma justificativa, já tinham estudado sobre a lei.

Vale destacar a resposta dada pela professora Flor:

*“Sim, estudo isso direto pra concurso, essa ai é minha bíblia, a (LDBEN) é uma das coisas que mais estudo apesar de sempre estar lendo e revendo, mas ela sempre tem mudanças, então assim, acho que todo professor tem que conhecer essa lei [...]”* (Professora Flor, entrevista realizada em 11/12/2018).

Diante das respostas e percebendo que é fundamental aos professores e a escola conhecer a legislação e por em prática em suas atividades desenvolvidas em sala de aula e sabendo que a LDBEN/1996 assegura o acesso de crianças com deficiência em creches/escolas e em turmas regulares, pode-se perceber então com certa nitidez que o papel da escola é por em prática essa lei e contribuir para a permanência destas crianças na escola.

Além da LDBEN, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD 2013), em seu parágrafo único define que o Estado, a escola e a família tem o dever de assegurar que as crianças com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, sendo isentas de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar. Vale ainda destacar que o poder público deve ofertar em todos os níveis de ensino assegurar, criar, desenvolver, implementar e incentivar:

I - a convivência escolar num sistema educacional inclusivo; II - a preparação da escola e o aprimoramento dos sistemas educacionais a fim de incluir todos os alunos com deficiência, inclusive através da disponibilização de tecnologias assistivas e cuidadores; III – ações e programas que garantam a acessibilidade plena, o atendimento educacional especializado e o combate à discriminação; IV – a adaptação dos currículos, métodos, técnicas pedagógicas e de avaliação a fim de que se garanta a aprendizagem com qualidade; V – a adoção de medidas individualizadas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, bem como a permanência na escola; VI – produção e divulgação de conhecimento, bem como o desenvolvimento de novos métodos e

técnicas pedagógicas; VII - mecanismos de planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais; VIII - a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas com deficiência nos processos de planejamento e tomada de decisão, concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais [...] (EPD, 2013)

Partindo dessa perspectiva e buscando entender qual concepção as professoras tinham sobre a inclusão, obtive respostas simples e outras com justificativas maiores. A professora Afeto afirmou que: “É garantir a igualdade entre as pessoas.” (entrevista realizada em 15/12/2018). A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) no artigo primeiro define que todos os seres humanos têm direito a liberdade e serem tratados de forma igual, sempre de forma digna e com seus direitos sendo respeitados. Os seres humanos são dotados de razão e consciência devendo agir em sociedade, respeitando e sendo respeitados com o ideal de fraternidade.

A professora Flor contribuiu da seguinte maneira:

*“Inclusão é uma palavra linda, mas infelizmente... (seguido de alguns segundos de silêncio, prosseguiu) ...a gente aqui deixa a desejar sobre inclusão, eu entendo por inclusão assim, por exemplo: ter uma criança, que precisa de um cuidado maior, ou seja, (neste momento a professora Inclusiva, interrompe sua resposta para propor uma questão a ser analisada posteriormente) ...uma criança, que outro dia estava falando “com deficiência” e hoje em dia é com “necessidades especiais”, isso? Isso aí ainda tenho que dar uma lida, estou meio em dúvida... Pra mim inclusão é você ter uma criança que não fala (muda), que não ouve (surda), e você, saber falar com ela através de libras. Então, não tem inclusão na verdade, os professores não sabem falar libras, a maioria não sabe”... (professora Flor, entrevista realizada em 11/12/2018).*

E a professora Sororidade pontuou que: “Não basta apenas inserir um aluno com deficiência na escola, é necessário que exista diversidades no sistema de ensino e novas alternativas na busca desses atendimentos especializados”. (entrevista realizada em 14/12/2018).

A Professora Flor, quando levanta uma questão sobre a terminologia correta que se refere a pessoas com deficiência, ela questionou se o termo correto utilizado nos dias de hoje seria “pessoa com deficiência” ou com “necessidades especiais”. Durante muitos séculos, mais precisamente até o século XX o termo mais comum utilizado em romances, leis, mídia, para nomear as pessoas com deficiência era “os inválidos”, esta nomenclatura define as pessoas pertencentes a esse grupo com pessoas sem valor, e eram tratados como inúteis, sem nenhuma

utilidade para a sociedade, e eram excomungadas até mesmo pela própria família.

A partir do século XX até meados dos anos de 1960, a terminologia mudou, sendo utilizada “incapacitados”, definindo as pessoas com deficiência como incapazes de desenvolver qualquer atividade, passando um pouco mais tarde significar pessoas com “capacidade residual” e essa nomenclatura perdurou por várias décadas. No final da década de 1950 e entre 1960 e 1980, foram criadas associações destinadas a atender as demandas das pessoas com deficiência, como a Associação de assistência a criança defeituosa (AACD), hoje chamada de Associação de assistência á criança deficiente (AACD), e a Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE). Neste período eram utilizados termos relacionados a pessoas com deficiência, como “defeituosos”, “deficientes” e “excepcionais”, este último relacionado a crianças com deficiência intelectual.

Em 1980, cedendo a pressões das pessoas com deficiência, a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu que o ano de 1981 seria o ano das pessoas com deficiência, que agora seriam chamadas de “pessoas deficientes”, causando mudanças significativas a forma como a partir dali seriam tratadas estas pessoas, pois teriam direitos iguais as pessoas sem deficiência e gozariam de liberdade e respeito por parte da sociedade. Entre os anos de 1988 e 1993, movimentos sociais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente”, com a justificativa que essa terminologia dava entender que a pessoa era em si deficiente, logo essa nomenclatura foi alterada para “pessoa portadora de deficiência”, tendo como justificativa que portar uma deficiência será apenas um detalhe que acompanhava a pessoa.

Nos anos de 1990, com o apogeu da legislação que propunha uma nova dinâmica e definições a cerca do atendimento as pessoas com deficiência, o termo “portador de deficiência” caiu em desuso por considerar que esta terminologia significava que portar a deficiência era uma escolha do sujeito e que em qualquer momento poderia se desfazer, ou deixar de portar.

Ainda nos anos noventa o termo foi alterado para “pessoas com necessidades especiais”, substituindo a palavra “deficiência”, a terminologia “pessoas com necessidades especiais”, passou a ser utilizado também para pessoas sem deficiência, o que tornou o cenário social e educacional com uma perspectiva mais inclusiva e igualitária no que se refere a forma como eram vistas as pessoas com deficiência. Por fim, nos últimos anos da década de 1990 e início

do século XXI, muitos eventos de caráter internacional e nacional ocorreram discutindo a situação das pessoas com deficiência destaque para a Declaração de Salamanca (1990), que possibilitou que a terminologia que é utilizada até os dias de hoje fosse “pessoas com deficiência”, que agrega valores a essas pessoas, como o direito de fazer suas próprias escolhas, tomar suas decisões e foi um grande movimento que possibilitou o empoderamento das pessoas com deficiência, o termo deficiência não poderia ser excluído, pois dão as pessoas a oportunidade de ser o que são, tendo seus direitos respeitados e consolidados, vistos como capazes e que mesmo com suas especificidades, são pessoas normais como todas as outras.

De fato, como afirmaram as professoras, incluir vai muito além de apenas dar o acesso, pois é direito fundamental das crianças com deficiência, ter subsídios e acesso a uma educação que os possibilite atingir seus níveis adequados de aprendizagem, bem como ter suas características, interesses, habilidades respeitados nas escolas e nos ambientes educacionais. (EPD, 2013).

No que tange ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas escolas de Educação Infantil, em turmas de ensino regular, e tendo como objeto de análise a resposta dada pela professora Flor, ao afirma que “Pra mim inclusão é você ter uma criança que não fala (muda), que não ouve (surda), e você, saber falar com ela através de libras”, vale destacar que Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) no artigo 3º, afirma que as escolas devem oferecer acessibilidade, liberdade de movimento e expressão a fim de possibilitar o aluno se comunicar com os outros que não são surdos e desenvolver sua autonomia além de se preocupar em atender as necessidades que ajude a superar as barreiras e obstáculos que impeça as pessoas participarem das relações sociais. Para isso os professores devem ter formação em (LIBRAS) e desenvolver em suas metodologias de ensino, atividades que possibilitem as crianças se relacionar umas com as outras, trocando experiências e aprendendo sobre as qualidades de cada uma, sem discriminação e sempre com respeito.

A Educação Infantil é, portanto, o momento propício para desenvolver as habilidades das crianças, sejam elas com ou sem deficiência, por ser o momento das descobertas, da curiosidade, da experimentação, e o professor deve desenvolver nesta etapa, estratégias que visem trabalhar com as particularidades das crianças. Aqui cabe destacar, por exemplo, o ensino da (LIBRAS) para as

crianças surdas em turmas de ensino regular, pois assim, além de aprender uma nova língua, poderá estar inserida em um espaço onde existem outras formas de aprendizado. Sousa (2012, p. 3) destaca:

Nessa perspectiva, o cenário da educação infantil constitui um ambiente ideal para a utilização da Língua de Sinais através do desenvolvimento de atividades lúdicas e diversificadas que podem contribuir para o aprendizado de conteúdos pertinentes ao nível de ensino e de valores como o respeito e a solidariedade, favorecendo a interação, as relações de sociabilidade e o estreitamento dos vínculos afetivos entre as crianças de um modo geral e entre surdos e ouvintes, oferecendo aos pequenos, não só os conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento intelectual, mas, sobretudo as noções essenciais para a vida em sociedade, o que favorece a diminuição das desigualdades sociais e culturais dentro e fora do contexto escolar.

Ressaltando que a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, considera professores capacitados para atuarem com crianças com deficiência em salas de ensino regular, aqueles que tenham comprovação de que em sua formação de níveis médio e/ou superior, tenham se aperfeiçoado nos conteúdos referentes a educação especial, e que possam desenvolver nas crianças:

I - Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Nesta perspectiva educacional a qual está sendo analisado, fica evidente que o papel do professor é insubstituível no processo de inclusão de crianças com deficiência em turmas de ensino regular, portanto para que exista uma escola onde as crianças com deficiência sejam respeitadas e tenham seu desenvolvimento e aprendizado concretizado de forma lúdica, prazerosa e segura, é necessário uma formação especial no que se refere a escolarização deste profissional. É papel dos professores trabalhar de forma a promover a inclusão destas crianças que por anos tiveram seus direitos negados e eram excluídas da sociedade por ter alguma deficiência. Souto (2014. p. 12), ao falar sobre as mudanças no sistema educacional que visa o atendimento das crianças com deficiência, faz a seguinte afirmação que nos permite analisar melhor os princípios que norteiam este universo chamado inclusão:

Nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 90, muito tem

se debatido sobre um Sistema Educacional Inclusivo, sendo as esferas política, cultural, social e pedagógico; tendo se manifestado em prol do direito de todos a uma educação de qualidade. Em que uma educação inclusiva de qualidade para todos contende-se, entre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, sobretudo, na valorização das diferenças.

Portanto, partindo desta prerrogativa inclusiva descrita por Souto (2014), pode-se perceber que o processo de inclusão é significativo quando os professores da instituição, os órgãos públicos, a escola e a sociedade têm seu olhar voltado para as crianças com deficiência e procuram através de meios legais como a educação, levar os outros sujeitos a respeitar e conviver de forma não preconceituosa com essas crianças. Sabemos que as crianças com deficiência contribuem com seus conhecimentos e sua forma de se relacionar para a consolidação de um espaço escolar mais diversificado e com nova roupagem no que se refere à oportunidade de novas possibilidades pedagógicas para o professor.

Procurei me informar a partir das entrevistas realizadas com as professoras da Educação Infantil, se na sala onde lecionaram em 2018 haviam matriculadas crianças com deficiência e qual seria a deficiência, apontando quais estratégias seriam mais propícias a permitir que as crianças com e sem deficiência se relacionem em turmas de ensino regular, e participem juntas das atividades propostas nas atividades desenvolvidas em aula. Procurei também compreender através de suas contribuições na entrevista, se consideram que suas práticas pedagógicas são inclusivas. Ainda neste contexto, questionei se elas tinham algum tipo de formação específica, especialização ou se estavam preocupadas em ter uma formação continuada que pudesse servir como embasamento para atuarem com as crianças com deficiência nas turmas de ensino regular.

As professoras responderam que em suas salas havia crianças com deficiência, Afeto afirmou que: “Sim. Paralisia infantil e microcefalia” (professora inclusão, entrevista realizada em 15/12/2018). Flor: “Sim, duas com Síndrome de Down” (professora Inclusiva, entrevista realizada dia 11/12/2018) e Sororidade: “Sim. Eu tive um aluno em que ele tinha Down, por sinal muito carinhoso, amoroso”. (professora diversidade, entrevista realizada em 14/12/2018).

Diante da necessidade de desenvolver práticas que possibilitassem incluir estas crianças nas atividades desenvolvidas nas aulas, contribuir para o seu aprendizado e possibilitar que tenham/tivessem relações saudáveis e de respeito

entre as crianças, às professoras afirmaram que as aulas devem ser pensadas a desenvolver o espírito de coletividade. Professora Afeto fez considerações de como seria uma aula inclusiva, levando as crianças com e sem deficiência se relacionarem durante as atividades: “Visando propiciar, conhecimentos aos alunos, aprimorando constantemente as habilidades e as atitudes”. (entrevista realizada em 15/12/2018).

A professora Flor respondeu, fazendo primeiramente um questionamento: Qual deficiência? Respondi que não foi delimitada uma deficiência, pois se tratava de uma pesquisa fundamentada em saber como está sendo a atuação docente com as crianças com deficiência, sem a necessidade de especificar uma ou outra, pois segundo a legislação o processo de inclusão de crianças com deficiência tem como objetivo dar suporte a todas as especificidades, sem excluir nenhuma criança por ter diferentes deficiências. A professora então prosseguiu:

*“[...] Por exemplo, esse ano com a criança que tem Síndrome de Down, com as duas, eu estava sempre trazendo ela, na hora da rodinha elas estavam sempre sentadas, e elas participavam naturalmente, se você entrasse na sala você nem percebia se tinham ou não alguma diferença, interagindo normalmente com os outros, tem coisas que elas desenvolviam melhor que as outras ditas “sem deficiência.” (Professora Flor, entrevista realizada em 11/12/2018).*

A professora Sororidade concluiu que: “Respeitando suas diferenças, desenvolvendo seu potencial e atendendo suas necessidades e diversidades entre os alunos.” (Entrevista realizada em 14/12/2018).

É preciso, portanto, uma formação que garanta aos professores, atuarem de forma a contribuir para um ambiente que dê oportunidades para as crianças aprender e se desenvolver de forma significativa. As professoras entrevistadas fazendo uma auto-avaliação sobre suas práticas voltadas para a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular, responderam de forma variada. Afeto: “Não. Falta uma formação continuada. Uma formação que possibilite o cumprimento das atividades desenvolvidas em educação escolar inclusiva”. (Entrevista realizada em 15/12/2018).

Professora Flor:

*“Serão. Eu tento fazer com que seja, mas é como eu lhe disse, muitas vezes a gente deixa de estar incluindo por falta de conhecimento, inclusive agora eu percebi isso, e eu comecei a fazer um curso de psicopedagogia para melhor atender essas crianças que necessitam, principalmente na área do aprendizado, letramento, alfabetização.” (Professora Flor, entrevista realizada em 11/12/2018).*

A professora Sororidade: “Acredito que sim, o cotidiano escolar numa sala de aula onde o professor tem que atender a diversidade de aprendizagem como também a diversidade comportamental.” (Entrevista realizada em 14/12/2018).

Sobre sua qualificação e a busca por novos aprendizados para atuar em salas com crianças com deficiência, as professoras Afeto e Sororidade responderam que não tinham uma formação específica ou especialização para atuarem com essas crianças em turma de ensino regular.

A professora Flor respondeu:

*“Não, eu ainda não tenho esse curso, como estou lhe dizendo, estou fazendo psicopedagogia agora, mais eu já fiz especialização em história, porque sou graduada em história, então fiz uma especialização em história do Brasil, fiz filosofia, fiz alguns cursos específicos nessa área também de filosofia e no curso de pedagogia eu fiz letramento e alfabetização, e também especialização em Educação Infantil e ensino fundamental e agora percebi que seria necessário fazer essa especialização em psicopedagogia, pra eu entender melhor e principalmente para poder incluir.”* (Professora Flor, entrevista realizada em 11/12/2018).

O Plano Nacional de Educação de 09 de janeiro de 2001 prevê que a qualificação dos profissionais da educação hoje no Brasil, representa um de seus maiores desafios, e por isso o poder público deve se empenhar neste sentido, para suprir as demandas que esta profissão representa para a sociedade. Atribui os avanços na tecnologia, da qualidade do ensino ofertadas pelas escolas, da sociedade como um todo e do campo científico a uma boa formação dos seus profissionais da educação através de políticas de formação inicial e continuada. Desta forma, a busca para se aperfeiçoar no atendimento as crianças com deficiência em turmas regulares deve se dar pelo professor de forma autônoma, pensando em contribuir para o desenvolvimento cognitivo e motor da criança, porém é dever do Estado garantir cursos de formação continuada a estes profissionais, como afirma o PNE (2001, p. 65):

A formação inicial dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos do art. 62 da LDB, onde as funções de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o patamar de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário. As instituições de formação em nível médio (modalidade Normal), que oferecem a formação admitida para atuação na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental formam os profissionais.

A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja

atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior. Aquela relativa aos professores que atuam na esfera privada será de responsabilidade das respectivas Instituições. (Plano nacional de Educação, 2001, p. 66)

Para Granemann (2005), a qualificação dos profissionais da Educação, não pode ser algo a ser deixado em segundo plano, estes devem gozar de competências que possibilite ter lucidez sobre suas atribuições e consciência de sua realidade histórica além de estar bem informado sobre os problemas vigentes que permeiam seu espaço de trabalho, somente assim, com esta qualificação e visão consciente de suas práticas, os professores estariam aptos a contribuir para a diminuição da segregação e da exclusão das pessoas diferentes de nossa sociedade.

Nas falas das entrevistadas, identifiquei que elas trabalham com crianças com diferentes deficiências. Algumas professoras buscam se qualificar melhor para atender este público através de sua formação continuada. Essa formação, portanto, não se limita apenas a resolver problemas específicos existentes na sala de aula, mas que leve o professor a compreender de forma mais sistematizada e lúcida a sua realidade, e as mudanças que ocorrem no cenário educacional e social, se desvinculando de práticas ultrapassadas a fim de encontrar novos meios efetivos que proporcionem a sua transformação como educador (BRANCO, 2007).

Referente à formação continuada dos professores e a atuação destes na Educação, Branco, 2007, p 12 afirma que:

Ao professor cabe a mediação entre o aluno e o conhecimento que permita- lhe o entendimento da realidade social e a promoção do desenvolvimento individual. Essa mediação implica em articular a aprendizagem do aluno à formação continuada do professor vista aqui como uma contínua e dinâmica construção do conhecimento profissional e concebendo as contribuições teóricas como subsídios que possibilitem a reflexão e a orientação da prática.

Portanto, para que o professor atue de forma a promover a inclusão, seu ambiente de trabalho deverá estar apropriado, quanto a sua formação, e inserem-se aqui os materiais didáticos pedagógicos específicos a serem utilizados para cada deficiência, além de contar com uma equipe que esteja engajada e trabalhando juntos para que a inclusão venha a acontecer. Para Carvalho (2000 p. 76-78), a organização deste ambiente pedagógico deve dar possibilidades para o aprendizado das crianças com deficiência:

A organização do atendimento educacional, baseada no paradigma da inclusão, deve procurar a remoção das barreiras para a aprendizagem. Entre as diversas barreiras existentes, a autora destaca como as mais significativas, as de cunho atitudinal. [...] o currículo e as adaptações curriculares, a avaliação contínua do trabalho, a intervenção psicopedagógica, a qualificação da equipe de educadores, os recursos materiais e uma nova concepção de educação especial em educação.

Com base na resposta dada pela professora Afeto, quando afirma que suas práticas não seguem uma dinâmica inclusiva por falta de formação continuada e especialização na área, Granemann (2005, p. 74) ressalta que:

É preciso, portanto, repensar a maneira como está organizada a formação dos professores, a começar pela própria noção que se tem dos saberes e dos conhecimentos necessários a esse profissional. O conhecimento está em contínua transformação, revisão, superação. E, particularmente, no campo do atendimento às diferenças dos alunos deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais, as descobertas e inovações trazidas pela ciência e pela tecnologia abrem continuamente novas possibilidades, cobrando dos profissionais o espírito investigativo e a abertura para o novo. Daí a necessidade de que também o professor do ensino regular esteja continuamente estudando, atualizando-se e preparando-se para receber tal alunado em sua sala.

As professoras participantes da pesquisa, ao serem questionadas sobre como deveria ser desenvolvida uma aula que tivesse como objetivo incluir crianças com deficiência nas atividades realizadas em turmas regulares, e quais estratégias de ensino deveriam ser utilizadas para que estas crianças fossem de fato incluídas, responderam assim: Professora Afeto: “Os procedimentos de ensino deveriam privilegiar a construção coletiva e deveriam ser organizados com base nas necessidades dos alunos, levando em conta os diferentes estilos, ritmos e interesses de aprendizagem de cada um.” (entrevista realizada em 15/12/2018).

A professora Flor destacou que:

“Primeiro, pesquisar sobre o conteúdo o qual estarei trabalhando, a faixa etária da criança, pra que criança vou utilizar esses materiais, construir esse material, tipo com, por exemplo, se é uma criança que tem dificuldade para pegar material, se eu quero desenvolver nela o tato, então vou ter que fazer por exemplo, poderia ser um joguinho pra montar, por exemplo “menina bonita do laço de fita [...]”

Neste momento a professora faz referência a uma história infantil da autora Ana Maria Machado, que trata de questões étnico-raciais e culturais Brasileiras através da história de uma boneca preta que usava um laço de fita. Logo após, continuou:

[...] Eu poderia está contando essa historinha na hora da rodinha, com materiais lúdicos, e depois na atividade poderia estar fazendo um boneco pra que a cabeça, o tronco, partes do corpo pra que ela fosse colando e

montando, uma atividade poderia ser essa [...]

Após essa fala, a professora finaliza essa proposta e sugere outras. “Com vídeo, poderia ter brincadeira também, por exemplo, com eles mesmos ali pra trabalhar as partes do corpo, enfim.” (Entrevista realizada em 11/12/2018).

A professora Sororidade respondeu sobre como seria uma aula inclusiva: “Seria aquela em que todos se sentissem acolhidos, respeitados, valorizados, dentro deste espaço escolar com as suas próprias limitações ou não” (Entrevista realizada em 14/12/2018).

Referente à quais estratégias utilizar nas aulas a fim de possibilitar a participação das crianças com deficiência, a professora Afeto afirmou que não sabia, demonstrando ter pouco contato com essa temática. Na entrevista com a professora Flor, surgiu a necessidade de especificar alguma deficiência para que a resposta fosse direcionada a traçar estratégias de atuação em turmas regulares, mencionei que ela poderia pensar em atividades de movimento a serem realizadas com crianças com deficiência física, ela respondeu:

*“Primeiro eu teria que ver qual era a dificuldade física, em qual parte do corpo têm essa dificuldade, por exemplo, se for um cadeirante que não anda, eu ia trabalhar movimentos com mãos se ela movimentasse as mãos, eu ia trazer uma brincadeira, um movimento com as mãos, se, por exemplo, essas não movimentassem as mãos mais movimentasse os pés, eu ia trabalhar com os pés, ou então se não movesse a cabeça, aí eu ia trazer algo visual e eu fazer a movimentação pra estimular que ela também fizesse os movimentos”* (professora Flor, entrevista realizada em 11/12/2018).

Sororidade respondeu: “Com a música, brincadeiras, jogos diversificados, passeio, entre outros” (professora diversidade, entrevista realizada em 14/12/2018).

Faz-se necessário destacar que esse trabalho busca evidenciar, sobretudo, a atuação docente com crianças com deficiência em turmas de ensino regular da Educação Infantil, e essa atuação deve propiciar a estas crianças, o aprimoramento de suas habilidades, bem como seu desenvolvimento humano e seu aprendizado. Para isso, as professoras entrevistadas buscam através de suas respostas evidenciar que em suas práticas procuram estar atentas na maioria das vezes em dar respostas significativas a este processo de inclusão, para tanto, , segundo as professoras, poderiam realizar atividades como os jogos e brincadeiras, vídeos, artes, que são metodologias bastante utilizadas na Educação

Infantil.

Os anseios, dúvidas, inseguranças existentes no processo de inclusão ainda permeiam o campo educacional, parte então da consciência e reflexão do próprio professor a busca por iniciativas atualizadas para fundamentar suas práticas, com novas alternativas que dialoguem com as especificidades de todas as crianças e permitam a elas, aprender através de um ensino de qualidade em um ambiente que priorize a união, o respeito, ao reconhecimento das diferenças como forma de aprendizado e valorização das diferenças. Na busca de proporcionar a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares, sendo atendidas independentes de suas particularidades físicas e intelectuais, faz-se a seguinte menção:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (UNESCO, 1994, p. 05).

As professoras consideraram que em uma aula inclusiva, as crianças devem se relacionar umas com as outras e o ambiente deve estar adequado para atender as singularidades de cada uma, além de ter materiais pedagógicos, formação dos profissionais e estratégias didáticas voltadas a atender esses sujeitos, possibilitando que as crianças aprendam em comunhão sem segregação por conta de suas diferenças. Isso parte de um planejamento pessoal e que deve ser compartilhado com os membros da escola.

A atuação pedagógica é um processo de investigação e estudo e de solução de problemas, por isso, muitas vezes o professor se depara com inúmeros desafios, que devem ser solucionados para superar os limites impostos, exigindo do professor a busca por novas estratégias, procurando identificar as possibilidades de cada aluno com o intuito de encontrar as possibilidades para que esse aluno possa aprender junto com os demais e superar seus próprios limites. Diante de tal desafio, o professor deve planejar suas aulas e recorrer a filmes, jogos, músicas, maquetes, mapas, desenhos, entre outras alternativas possíveis para que todos tenham acesso às oportunidades dentro da sala de aula (ROCHA, 2017, p. 6).

Portanto, a escola e os professores desempenhando seu papel de educar e

preparar o sujeito para a atuação na sociedade, além de provocar o respeito entre os cidadãos, pode ser uma influência para que, por exemplo, as pessoas com deficiência sejam inseridas também no mercado de trabalho. Vejamos que o papel do professor é bastante significativo na vida de uma criança, pois os reflexos de uma boa educação na infância resultam em uma pessoa apta a desempenhar qualquer função na fase adulta.

Faz parte das atribuições do professor, incluir em sua metodologia de ensino formas diferenciadas para trabalhar com as especificidades das crianças com deficiência ou não, utilizando a criatividade, e práticas inclusivas. Brevilheri (2008, p. 5), atribui ao professor o papel fundamental de reconhecer a diversidade na sala de aula e promover com isso a realização de atividades diferenciadas que possam atender as necessidades de todas as crianças com e sem deficiência, valendo-se do reconhecimento de que as crianças têm suas próprias formas de superar os desafios e alcançar seus objetivos.

Como descrito pelas professoras, à utilização de estratégias pedagógicas como a contação de histórias, a experiência através dos jogos e brincadeiras e os vídeos educativos, pode contribuir no processo de inclusão de crianças com deficiência nas atividades em salas de aula. Os jogos e brincadeiras como instrumento de aprendizagem na educação infantil tem relevância significativa, pois a partir do momento em que a criança é inserida na educação infantil é apresentado a ela, oportunidades de ampliar os seus conhecimentos vivenciando aprendizagens inéditas que agora passam a fazer parte do seu universo, envolvendo inúmeras relações de atitudes, limites, regras comunicação, um conjunto de valores culturais que são transmitidas a elas a partir da relação com o outro e em sua participação nas atividades.

Na educação Infantil, o trabalho com jogos e brincadeiras em sala de aula favorece a criança a construção do conhecimento proporcionando a vivência de situações reais ou imaginárias, trabalhando o raciocínio para tomada de decisões. Portanto, o brincar é uma atividade espontânea e necessariamente natural para as crianças que pode ser uma ferramenta de transformação e controle das habilidades construído através dela seu próprio mundo. Para as crianças com deficiência as adaptações devem ser realizadas permitindo assim que elas possam se relacionar com o objeto e aprender mediante as brincadeiras, e o professor deve estar atento a traçar estratégias de aprendizagem dentro da

própria brincadeira.

Partindo desse princípio, o professor assume o compromisso de despertar a partir de atividades como os jogos e brincadeiras, e com conteúdos elaborados para essas crianças, o desejo e a vontade delas participarem das aulas, existindo assim um ambiente de inclusão dentro da sala de aula, sua intervenção que deve ser voltada a todo o momento para estabelecer uma melhor relação entre os alunos.

A contação de história contribui, de forma pontual, ao desenvolvimento e o aprendizado das crianças com e sem deficiência, podendo haver durante a contação, a interação das crianças e o conhecimento das diferenças. Portanto, a contação de histórias para crianças da educação infantil é fundamental, pois através desta atividade o professor está contribuindo para que se efetive o desenvolvimento de diversas áreas que serão necessárias para estabelecer uma boa relação entre o aluno e a sociedade na qual está inserida, Rodrigues (2005, p. 4) destaca que:

A contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivenciada por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e materializam na vida real.

Portanto as práticas pedagógicas as quais o professor realizar, devem possibilitar dentro das salas de aula que as crianças com deficiência em relação com estes conteúdos e em relação com as outras crianças, se vejam mais capazes, de serem construtores de sua própria identidade e não se acomodarem por ter algum tipo de deficiência. O professor em seu papel de educador e facilitador da aprendizagem deve em suas práticas levar em consideração os conhecimentos prévios dos alunos e desenvolver a partir daí outras propostas pedagógicas, pois partindo da realidade do sujeito e as relacionando com outras informações, é possível ter uma prática docente mais humana e acolhedora, possibilitando ao aluno aprender os conteúdos de forma próxima a sua realidade cultural e de suas vivências cotidianas. A este respeito, Brevilheri (2008, p. 13), afirma que:

O professor deverá estar constantemente atento a seu aluno, para

identificar de que conhecimentos ele já dispõe (relacionados com o tema de cada unidade de conteúdo), e que necessidades educacionais apresenta; usar de sua criatividade para criar formas alternativas de ensinar, que respondam às necessidades identificadas e usar continuamente da avaliação para identificar o que precisa ser ajustado no processo de ensinar.

Levando em conta o olhar sensível do professor para o desenvolvimento, aprendizagem, necessidades e capacidades de seus alunos, tendo como referência a afetividade que desempenha papel relevante nas relações pessoais e interpessoais, elaborei para o roteiro utilizado nas entrevistas, perguntas referentes à concepção das professoras sobre a afetividade na educação infantil e se em suas práticas as crianças interagem respeitando suas diferenças.

A professora Afeto respondeu assim sobre a afetividade: “O carinho contribui para o desenvolvimento cognitivo e moral da criança permitindo que as mesmas sintam-se seguras e tenham um desenvolvimento saudável em todos os aspectos cognitivo, biológico e sócio afetivo”. (Professora Afeto, entrevista realizada em 15/12/2018).

A professora Flor afirmou com um leve sorriso que: “É tudo, é primordial, eu diria até em todas as etapas da educação, facilita, e muito o aprendizado, quando você, o aluno gosta de você, eu tenho para mim que ele aprende melhor, quando tem essa troca. Enfim, tem que ter, é primordial, primeiro você tem que amar o que faz a pessoa, que sem aluno não tem professor, então você tem que primeiro agradecer a Deus porque tem alunos, que se não tem aluno, pra que professor” (Entrevista realizada em 11/12/2018).

A professora Sororidade considerou que a afetividade na educação infantil é: “Capacidade individual de um sujeito experimentar suas próprias emoções e sentimentos uma com a outra, período de adaptação progressiva ao meio em que o cerca. É desenvolvimento do aluno para o processo de construção de conhecimento e da realidade em que vive” (Entrevista realizada em 14/12/2018).

A professora Afeto afirmou que em suas práticas as crianças com e sem deficiência interagem umas com as outras: “Sim. Não só com as outras crianças, mas também com os adultos que fazem parte da comunidade escolar” (Entrevista realizada em 15/12/2018).

A professora Flor respondeu:

*Sim, e como interage, exemplo, a Síndrome de Down interage normalmente, até mais do que algumas outras crianças porque essa*

*criança especial a qual tive prazer de trabalhar esse ano (2018), ela é tão alegre, tão espontânea, participa de tudo, desde o momento em que ela já chega até a hora de ir embora, na hora de ir embora não sai da sala sem dar beijinho, sem dar abraço, é muito carinhosa, às vezes ela fica meio que no mundo dela mesmo entendeu, mas aí a gente chama ela para o que está acontecendo e interagir no meio, e é carinhosa demais, chega dói até os beijos, sabe aquele beijos bem forte e abraços bem forte, ela é muito interativa, comigo e com todos.” (Entrevista realizada em 11/12/2018).*

Sororidade respondeu: “Sim, sendo solidária, amorosas e com as suas próprias limitações.” (Entrevista realizada em 14/12/2018).

Como mencionado pelas professoras, à afetividade está sempre presente em suas práticas. A afetividade deve ocorrer durante os momentos de troca de conhecimento entre professor/aluno, e ser efetivada de forma sensível, possibilitando que o processo de aprendizagem seja realizado de forma mais humana. A criança deve receber tratamento afetivo isso independe de suas especificidades, e ter seus direitos de se desenvolver respeitando seu ser criança e seu tempo de aprender.

A afetividade se desenvolve a partir das interações sociais e constitui uma importante especificidade humana que contribui para seu desenvolvimento, sem a afetividade, certamente não existiria a civilização, pois os valores, as atribuições de cada indivíduo e a própria construção da humanidade, foram constituídas através dos laços afetivos e agregação de grupos (ALMEIDA, 2008).

O professor, como representante da escola, a família e a comunidade em que a criança está inserida, deve propiciar através das relações sociais, que o aprendizado da criança se dê de forma afetiva e positiva, utilizando de sua formação para despertar sentimentos benéficos na criança, para que futuramente ela seja um bom sujeito social preocupado com o bem comum.

[...] Ou seja, se desejamos criar na nossa sociedade cidadãos comprometidos com os outros, devemos incentivar nas crianças, desde cedo, a coletividade, despertando a cooperação e não a rivalidade. A família e a escola têm uma participação íntima, pois são um meio favorável à aprendizagem de sentimentos que marcam a vida da criança. Por isso, já nos primeiros anos escolares, o professor deve ser competente em preparar a criança para viver em coletividade, incentivando o trabalho em grupo. Em outras palavras, já no jardim de infância, o professor deve procurar desenvolver sentimentos nobres que permitem ao indivíduo atuar como cidadão na sociedade (ALMEIDA, 2008, p.11).

Uma educação que contribua para o ser humano se libertar das amarras que impossibilitam seu desenvolvimento deve ser praticada em sala de aula pelos

professores. Educar fora dos parâmetros excludentes é uma alternativa que possibilitará aos indivíduos através de uma educação de qualidade, serem autônomos em sua vida social, portanto o papel do professor nas escolas e fora delas é de dar subsídios educativos para que isso ocorra, usufruindo das inovações tecnológicas e informações presentes na contemporaneidade que contribuí para fundamentar as práticas docentes. Wallon (1975, p.164,167), afirma que:

O meio é um complemento indispensável ao ser vivo. Ele deverá corresponder a suas necessidades e as suas aptidões sensório-motoras e, depois, psicomotoras... Não é menos verdadeiro que a sociedade coloca o homem em presença de novos meios, novas necessidades e novos recursos que aumentam possibilidades de evolução e diferenciação individual. A constituição biológica da criança, ao nascer, não será a única lei de seu destino posterior. Seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias de sua existência, da qual não se exclui suas possibilidades de escolha pessoal [...]. Os meios em que vive a criança e aqueles com que ela sonha constituem a "forma" que almoda sua pessoa. Não se trata de uma marca aceita passivamente.

Assim, Wallon considera o meio e as relações efetivadas nele, como um fator determinante para o aprendizado e desenvolvimento das crianças, sendo assim fundamental que este meio esteja preparado a atender as necessidades desta criança de forma a contribuir para seu desenvolvimento. Portanto na Educação Infantil onde se inicia a participação da criança com na escolarização, é imprescindível que sejam criadas estratégias que possibilitem o aprendizado das crianças de forma positiva, e que elas possam se relacionar com as outras crianças independente de suas especificidades, como tempo de aprendizagem, desenvolvimento físico, a sua motricidade e suas particularidades cognitivas.

A educação, portanto deve ser pensada e realizada de forma a contribuir para a humanização dos seres humanos, Paulo Freire, defensor da escola pública e patrono da educação, nos conduz a uma perspectiva educacional que valorize a relação entre o educador e educando, contribuindo assim para que exista um cenário de aprendizagem centradas na valorização da diferença e das experiências tanto de alunos como de professores. Ecco e Nogaró (2015, p. 5), sobre a concepção de educação defendida por Paulo Freire, destacam que:

Os princípios fundadores e orientadores da educação, em Freire, permitem a reciprocidade entre as pessoas e a elaboração e apropriação crítica da realidade por parte dos educandos, bem como, dos educadores. Indubitavelmente, a dialeticidade é o elemento diferenciador

e definidor na concepção freireana de educação, pois a possibilidade revolucionária do conhecimento encaminha outra possibilidade: a de rescindir a acomodação, a dependência.

Portanto através da relação professor/aluno de forma respeitosa e dialogada, será possível se ter um cenário onde as crianças adquiram autonomia e busquem através de seus próprios conhecimentos, alternativas de aprendizagens e desenvolvimento intelectual, sem a dependência de outra pessoa a não ser por meio da mediação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, considerando que a participação das entrevistadas trouxe contribuições significativas para este trabalho monográfico e percebendo que os avanços na legislação que torna obrigatório a inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular na Educação Infantil, foram e são fundamentais para que tenhamos uma Educação de qualidade para todos e livres de qualquer preconceito, exclusão, impedimento de acesso. No entanto, fica evidente que muito ainda precisa ser melhorado, pois não basta apenas garantir o acesso dessas crianças em turmas regulares, mas é preciso uma reflexão a cerca de qual ensino está sendo ofertado, como os profissionais estão sendo qualificados na intenção de desenvolver praticas inclusivas e se as escolas estão de fato se adequando para atender as crianças com deficiência.

Esta pesquisa me possibilitou entender que mesmo com a formação continuada, as mudanças e diferenças existentes nas escolas nos obrigam a estar sempre se aperfeiçoando, buscando novas metodologias, estratégias pedagógicas, voltadas para as crianças, sobretudo nas escolas com Educação Infantil, pois educar vai além de simplesmente estar em sala de aula, deve-se levar em conta todas as especificidades da criança e buscar formas de ensinar tomando como referência a aprendizagem e as experiências que as crianças possam levar para a aula. É sabido que o processo ensino/aprendizagem deve ser realizado de forma humana e visando a aprendizagem da criança, despertando nela a sensibilidade, respeitando sempre as diferenças.

Acredito que a legislação que permite as crianças com deficiência ser matriculada nas escolas regulares, torna a sociedade mais igual, desde a Educação Infantil, até o nível superior, impedindo que essas pessoas sejam educadas em escolas especializadas, sem a oportunidade de conhecer outras realidades, sendo tratadas como excluídas e pessoas sem ter oportunidade de se constituírem como pessoas com deficiência mais capazes de aprender com outras pessoas sem deficiência.

A formação docente é mais fundamental, devemos ter/ser professores afetivos, que estejam interessados em introduzir em suas práticas, atividades que proporcionem as crianças com deficiência, se desenvolverem cognitivamente e fisicamente em contato com outras crianças sem deficiência. O caminho da

inclusão exige esforço e preparo, pois incluir é necessário e as crianças com deficiência devemos ser matriculadas em escolas preparadas quanto ao seu quadro funcional, material e estrutural, para melhor atender as especificidades de cada um, sem discriminação.

As falas das entrevistadas me fizeram refletir com mais exatidão, sobre a formação que os professores devem estar procurando para lecionar. Quando afirmam que falta para elas esta formação para atuar com as crianças com deficiência nas turmas regulares, fica evidente que na Educação sempre haverá necessidade de se atualizar para dar suporte às crianças com e sem deficiência e possibilitar que elas aprendam independente de suas especificidades.

Concluo esse trabalho, com esperança de que a educação que procura incluir as crianças com deficiência nas escolas de ensino regular na Educação Infantil está presente em nossa sociedade, cabe a nós, profissionais da Educação, decidir se queremos e como queremos ser participantes desta política inclusiva, com nossas práticas cotidianas dentro ou fora dos espaços da escola. Estamos em novos tempos, com tecnologias, informações, acesso a tudo que nos for lícito, devemos nos aperfeiçoar como professores e atuar de forma sempre a contribuir para a aprendizagem das crianças, possibilitando a elas, compartilhar de momentos de alegria, conhecimento e se desenvolvendo através de práticas humanas, afetivas e sempre acolhedoras.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Rita Silva. A afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon. Inter-Ação: **Rev. Fac. Educ.** UNIT. Aracajú/SE. 2008.
- ALMEIDA, Wolney Gomes. **Educação de surdos**: formação, estratégias e prática docente. Editus. Ilhéus, BA: 2015.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Integração Social do Deficiente**: Análise Conceitual e Metodológica. Universidade Estadual Paulista – Bauru. Temas em psicologia. 1995.
- AUCOUTURIER, Bernard; LAPIERRE, André. Bruno. **Psicomotricidade e Terapia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- BRANCO, Cristina. **Formação Continuada De Professores**: Focalizando a Relação Teoria-Prática. UEL: Paraná, 2007. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_cristina\\_branco.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cristina_branco.pdf)>. Acesso em 10 Fev. 2019
- BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração De Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 17 Fev.. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **LEI Nº 010172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em 11 Fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 12 Fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em 09 Fev. 2019.
- BREVILHERI, Iraci De Oliveira Carvalho. **Uma didática inclusiva**: alternativas diversificadas de apoio à aprendizagem do aluno da Sala de Recursos. Secretaria De Estado Da Educação Do Paraná. UNENP. Paraná, 2008.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000. 174 p.
- CEDECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Versão atualizada. Rio de Janeiro. 2017.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:**Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

**DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA - 1959.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em 22 de Jan. 2019.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html)>. Acesso em 21 de Jan. 2019.

DEL-MASSO, Maria Candida; SOARES, Marília. **Metodologia do Trabalho Científico: aspectos introdutórios/ Oficina Universitária.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DESLANDES, Suely Ferreira. A Construção do projeto de pesquisa. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ECCO, Idanir; NOGARO, Arnaldo. **A Educação Em Paulo Freire Como Processo De Humanização.** EDUCERE. URI - Erechim/RS, 2015

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em Educação: Fundamentos e tradições.** Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010, 268 p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. Coleção polêmicas do nosso tempo.

GRANEMANN, Jucélia L. **Educação Inclusiva: análise de trajetórias e práticas pedagógicas.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Políticas e práticas de educação inclusiva –** LAPLANE, Adriana Lia Friszmande (Org's.). 2.ed. Campinas, S: Autores associados, 2007.

GOMES, Adriana L. Limaverde. **Atendimento Educacional Especializado.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DAA BAHIA. **Diretrizes para a Educação Inclusiva na Bahia.** Salvador: Educar para transformar, 2017. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/private/midiатеca/documentos/2017/diretrizes-da-educacao-especial.pdf>>. Acesso em 28 Mar. 2019.

**História e novas tecnologias – Amargosa/BA [blog].** Disponível em: <<http://historiaticsamargosa.blogspot.com>>. Acesso em 06 Nov. 2018.

JUSBRASIL. **Artigo 8º da lei nº 7853**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11679983/artigo-8-da-lei-n-7853-de-24-de-outubro-de-1989>>. Acesso em 17 Fev. 2019.

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em 28 Mar. 2019.

MEDRADO, Carlos Henrique de S. **Prática Pedagógica Em Classes Multisseriadas**. Revista Eletrônica de Culturas e Educação. V.2 p. 133-148. Jiquiriça/BA. 2012.

MIRANDA, Angélica. A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. Ministério da Educação. **Revista criança**. Rio de Janeiro-RJ, 2007.

PAIS, José Machado. **Consciência histórica e identidade - Os jovens portugueses num contexto europeu**. Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 26.

REBOUÇAS, Jaqueline Argolo. Memória e identidades: entre as representações de uma cidade (Amargosa, 1930 – 1950). **III EBE CULT. – PPGHIS /UNEB CAMPUS IV**. 2012, p. 1-15.

RICOEUR, Paul. **Ética e Moral**. Tradução de Antonio Campelo Amaral, 1990. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj035379.pdf>>. Acesso em 09 Fev. 2019.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O Papel Do Professor Na Educação Inclusiva. **Ensaios Pedagógicos**, v. 7, n. 2, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Edvânia Brás Teixeira. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia, 2005.

ROTH. Berenice Weissheimer–Brasília. **Experiências Educacionais Inclusivas**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 191 p.

SILVA, Natalí Sala da. **O atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Visual no município de Amargosa: O olhar do professor da sala de recursos multifuncionais**. UFRB/CFP:Amargosa/BA, 2013.

SAVIANE, Dermeval. Formação De Professores: Aspectos Históricos E Teóricos Do Problema No Contexto Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**; v. 14, 2009.

SILVA, L. A; TURECK, L. T. Z; ZANETTI, P. S. Vigotski E Os Fundamentos Da Defectologia. **Anais Da Xiv Jornada Do Histedbr: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução**. Unioeste: Foz Do Iguaçu-PR, 2017.

SOUTO, Maricélia Tomáz de. **Educação inclusiva no Brasil: Contexto histórico e contemporâneo**. UEPB/CCT: Paraíba, 2014.

SOUSA, Ana Lúcia de. **Libras Na Educação Infantil: Uma Proposta De Inclusão Social Da Criança Surda. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. Sergipe, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo; v.5, n. 25, p. 5-14, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. In: Instituto Rodrigo Mendes. **Como chamar as pessoas com deficiência?** Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/como-chamar-pessoas-que-tem-deficiencia/>>. Acesso em 10 Fev. 2019.

UNESCO. **Declaração De Salamanca E Enquadramento Da Acção Na Área Das Necessidades Educativas Especiais**. MECE 1994. Disponível em: <[http://redeinclusao.pt/media/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf)>. Acesso em 17 Fev. 2019.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em 21 Jan. 2018.

VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de. **Educação da Infância: História e política**. Cap. VIII. 2. Ed. Niterói: UFF, 2011, p. 187.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, 2013. Disponível em: <[https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_93.pdf](https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_93.pdf)>. Acesso em 10 Fev. 2019.

## ANEXOS

### ANEXO I- ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Dados preliminares: nome, idade, local de residência, estado civil, tem filhos?

1. Há quantos anos você atua como Professora na Educação Infantil?
2. Qual seu regime de trabalho: são de 20 ou 40 horas? Concursada ou contrato temporário?
3. Você conhece a Lei N° 9394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação?
4. O que você entende por inclusão de crianças com deficiência em turmas regulares na educação Infantil?
5. Em sua sala de aula no ano de 2018 tinha crianças com deficiência? Se sim, poderia especificar qual era a deficiência?
6. Como você pensa que a professora deve atuar, para que as crianças com deficiências interajam nas atividades com as outras crianças sem deficiência?
7. Avaliando suas práticas, acredita que suas práticas em sala são inclusivas? Porquê?
8. Você teve uma formação específica, uma especialização ou outro tipo de formação continuada, para atuar com crianças com deficiência?
9. Descreva, como seria uma aula inclusiva para você?

10. Quais as estratégias de ensino, você considera que sejam mais adequadas para incluir as crianças com deficiências nas aulas?
  
11. O que você pensa sobre a afetividade na Educação Infantil?
  
12. Em suas práticas, as crianças com deficiência interagem com as outras crianças?

## **ANEXO II- QUESTIONÁRIO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMARGOSA/BAHIA**

1. Quantas escolas/creches públicas de Educação Infantil tem no município?  
Onde estão localizadas?
2. Especificar quantas atendem apenas Educação Infantil e quantas são multisseriadas e atende alunos a partir de que idade?
3. No total, quantas crianças foram matriculadas na Educação Infantil em 2018?
4. Quantas Professoras atendem as crianças da Educação Infantil no Município?
5. Qual a formação destas ou destes Professores? E a forma de ingresso, Contratos temporários? Concursadas?
6. Quantas destas escolas/creches têm crianças com deficiência em turmas regulares?
7. No total, quantas crianças com deficiência estão matriculadas na Educação Infantil, no ensino regular?
8. São ofertados cursos de formação continuada para os professores que trabalham com as crianças com deficiência?
9. O município trabalha com base em alguma lei de inclusão? Se sim, qual?



**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ANEXO III- TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada:

Solicito sua participação voluntária na pesquisa intitulada: A Educação Infantil na perspectiva da Inclusão de Crianças com Deficiência no ensino regular no município de Amargosa, de minha responsabilidade, Robeylson de Jesus Santos, graduando(a) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), do Centro de Formação de professores (CFP) Amargosa - Bahia. Este projeto tem como objetivo geral analisar de que forma as professoras estão atuando com as crianças com deficiência nas escolas do ensino regular e como está sendo sua formação. Para tanto, elegi como metodologia de enfoque qualitativo. Escolhi como técnicas de coleta de dados a entrevista estruturada e a análise de documentos.

A qualquer momento, os colaboradores poderão solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá desistir de sua participação. Eu estarei apto a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para contornar qualquer mal-estar que possa surgir em decorrência da pesquisa ou não.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação da monografia, contudo, assumo a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo das participações. Nomes, endereços e outras indicações pessoais não serão publicados em hipótese alguma. Os bancos de dados gerados pela pesquisa só serão disponibilizados sem estes dados.

**Aceite de Participação Voluntária**

Nós abaixo relacionados, declaramos que fomos informados dos objetivos da pesquisa acima, e concordamos em participar voluntariamente da mesma. Sabemos que a qualquer momento podemos revogar este Aceite e desistirmos de nossa participação, sem a necessidade de prestar qualquer informação adicional. Declaramos, também, que não recebemos ou receberemos qualquer tipo de pagamento por esta participação voluntária.

Amargosa - Bahia, 3 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_  
Graduando

Colaboradores Voluntários

NOME	ASSINATURA